



UNIVERSIDADE ESTUDAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado em Desenvolvimento Regional

PRONAF, UMA “NOVA” FORMA DE MODERNIZAR: Uma análise no município de Barra de Santana-PB.

Orientando: Marcello Bezerra Rodrigues de Oliveira

Orientadora: Prof^a Dr^a. Nerize Laurentino Ramos

Campina Grande (PB)
2014

MARCELLO BEZERRA RODRIGUES DE OLIVEIRA

PRONAF, UMA “NOVA” FORMA DE MODERNIZAR: Uma análise no município de Barra de Santana-PB.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

**Campina Grande (PB)
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48p Oliveira, Marcello Bezerra Rodrigues de.
PRONAF, uma "nova" Forma de Modernizar [manuscrito] :
uma análise no Município de Barra de Santana-PB / Marcello
Bezerra Rodrigues de Oliveira. - 2014.
96 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Nerize Laurentino Ramos, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. PRONAF. 2. Agricultura familiar. 3. Crédito Rural. 4.
Modernização tecnológica. I. Título.


21. ed. CDD 338.1


MARCELLO BEZERRA RODRIGUES DE OLIVEIRA

PRONAF, UMA NOVA FORMA DE "MODERNIZAR": Uma análise no município de Barra de Santana-PB.

Dissertação aprovada em 25/09/2014

Banca Examinadora


Prof.ª Dr.ª Merizé Laurentino Ramos (UEPB - Orientadora)


Prof. Dr. Ramonides Alves Gomes (UFMG/UEPB Examinadora Interna)


Prof. Dr. Fernando Bastos Costa (UFRN - Examinador Externo)

Campina Grande (PB)
2014

DEDICATÓRIA

Aos meus antepassados, os quais integram minha essência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, por ter me concedido a permissão de aprimorar-me para um melhor servir à sociedade. Aos meus pais: Raimundo Rodrigues de Oliveira e Francisca Bezerra Rodrigues de Oliveira, a minha esposa Maria Eulália Melo Morais e aos nossos pequenos Luiz Otávio Melo Rodrigues de Oliveira e Heitor Melo Rodrigues de Oliveira, aos meus irmãos e amigos, especialmente a Jefferson de Sousa, colega de turma e parceiro durante esta jornada de estudos e dedicação. Obrigado a todos pela força e apoio durante todo o período do mestrado.

Agradeço a todos que, direta e indiretamente, colaboraram dando apoio moral e espiritual. Em especial, à Prof^a. Dr^a. Nerize Laurentino Ramos, ilustre orientadora, que acreditou nesse trabalho com ênfase e determinação, sem o qual o mesmo não teria sido realizado. **A todos minha eterna gratidão**

—É verdade, meu senhor Essa história do sertão...

Padre Vieira falou Que o jumento é nosso irmão Ao ao ao ao ao ao...

O jumento é nosso irmão Quer queira, quer não

O jumento sempre foi O maior Desenvolvimentista do sertão...

Ajudou o homem na vida diária
Ajudou o homem...Ajudou o Brasil a se desenvolver

Arrastou lenha...
Madeira...pedra, cal, cimento , tijolo...telha
Fez açude, estrada de rodagem, carregou água pra casa do homem...fez a feira e serviu de montaria...

O jumento é nosso irmão...

E o homem...em retribuição o que, que lhe dar?

Castigo...pancada, pau nas pernas, pau no lombo, Pau no pescoço, pau na cara, nas orelhas.

Ha...jumento é bom o homem é mal
Jumento é sagrado...o homem é mau.

O homem só presta pra botar apelido no jumento O pobrezinho tem apelido que não acaba mais Babau, gangão, breguesso, fofarkichão, Imagem do cão, musgueiro,

corneteiro, seresteiro, Cineiro...relógio, é...ele dar a hora sertã no sertão Tudo isso é apelido que o jumento tem...

Astronauta...professor, estudante...
advogado das bestas...

é chamado de estudante, porque quando o estudante não sabe a lição da escola o professor grita logo você não sabe porque você é um jumento...

e o estudante pra se vingar boto o apelido jumento de professor, porque o professor ensina ele de graça...pos sim, quem ensina ele de graça é o jumento meu filho...

é assim...

a e i o u u

sinônimo, sinônimo,
sinônimo, sinônimo,
sinônimo, sinônimo, Só não aprende a ler quem não quer...

Esse é nosso jumento nosso irmão.

Animal sagrado...

(Jumento é nosso irmão, Luiz Gonzaga)

RESUMO

A discussão sobre a importância e do papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro constitui temática de intenso debate. No Brasil, as políticas rurais, ao longo dos anos, voltaram-se à valorização da agricultura patronal em detrimento da agricultura de base familiar, recentemente, porém, a agricultura familiar passou a ser relevante no âmbito da estratégia de desenvolvimento rural brasileira. Algumas pesquisas, atualmente, vinculam seus objetos de pesquisa à forma de intervenção estatal sobre o meio rural, a partir da execução das diversas políticas públicas que contemplam a ruralidade como elemento determinante desta intervenção. Dentre estas, a política de concessão de crédito rural tem destacada participação, compondo a mais importante estratégia de desenvolvimento rural no país. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, opera a política nacional de concessão de crédito destinado ao fortalecimento da agricultura familiar através do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa segue regras estabelecidas pelo MDA, elegendo a adoção de limites de renda entre outros aspectos. A qualificação do produtor rural como agricultor familiar depende da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que atesta a condição a quem o possuir. Além da DAP, que determina a classe de acesso ao crédito, algumas modalidades de crédito requerem garantias reais para obtenção dos financiamentos, limitados ao potencial de produção e capacidade de pagamento do beneficiário, fatores que se configuram imprecisos e paradoxais em regiões que concentram baixos índices de desenvolvimento econômico e social, como o Nordeste Brasileiro. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os financiamentos do Pronaf no município de Barra de Santana-PB, procurando desvelar sua efetiva contribuição para o desenvolvimento do município. Como objetivos específicos procurou-se identificar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, verificando se houve elevação nos padrões tecnológicos de produção; quantificar o volume de recursos disponibilizado pelo Pronaf no município no período de 2010 a 2012 e, por fim, avaliar a aceitabilidade do programa na região e sua dinâmica de operacionalização. A metodologia utilizada é de caráter exploratório e descritivo, com abordagens quantitativa e qualitativa. Utilizaram-se questionários e entrevistas como instrumentos para obtenção de dados, assim como, pesquisas em fontes de dados secundários e consultas bibliográficas sobre a temática em alude.

Palavras-Chave: Pronaf, Agricultura Familiar, Crédito Rural, Modernização Tecnológica.

ABSTRACT

The discussion about the importance and role of family farming in the Brazilian rural development is subject of intense debate. In Brazil, rural policies over the years, turned to the valuation of employer agriculture at the expense of family-based agriculture, recently, however, the family farm has become relevant in the context of the nation's rural development strategy. Some research currently link their research objects to the form of state intervention in the rural areas, from the execution of various public policies that include rurality as a decisive part of this intervention. Among these, the policy of granting agricultural credit has outstanding participation, composing the most important strategy for rural development in the country. The Ministry of Agrarian Development - MDA operates a national policy for granting credit for the strengthening of family farming through the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF). This program follows the rules established by MDA, electing the adoption of income limits and other aspects. The qualification of the farmer as a family farmer depends on the issuance of the Statement of Fitness for pronaf - DAP document stating who has the condition. Besides the DAP, which determines the class of access to credit, some types of credit require collateral to obtain financing, limited production potential and capacity of the payee, factors that constitute inaccurate and paradoxical in those regions where low rates economic and social development, such as the Brazilian Northeast. The government discourse diffuses the need to integrate family farms to markets and the modernization of the means of production as requirements development and improvement of rural conditions. This study was aimed at analyzing the overall funding pronaf in Barra de Santana-PB under the modernization approaches seeking to understand their effective contribution to the development of the municipality. The specific objectives sought to identify the socioeconomic profile of farmers, checking if there was an increase in technological production standards; quantify the volume of resources made available by the municipality pronaf the period 2010-2012 and also finally assess the acceptability of the program in the region and its institutional environment. The methodology is exploratory and descriptive, and quantitative and qualitative approaches. We used questionnaires and interviews as tools for data collection, as well as research on secondary data sources and bibliographic queries concerning this theme alludes.

Keywords: Pronaf, Family Farming, Rural Credit, Technological Modernization.

LISTA DE SIGLAS

P.P – Pontos Percentuais

DAP - Declaração de aptidão ao Pronaf

UPF – Unidade de Produção Familiar

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

BB - Banco do Brasil

BNB - Banco do Nordeste

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

PIMC - Programa um Milhão de Cisternas

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEMAM - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Barra de Santana;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

BACEN - Banco Central do Brasil

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

SUS – Sistema único de Saúde

Ha – hectare

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FAT-DE - Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador

FC - Fundos Constitucionais

OGU - Orçamento Geral da União

RPE - Recursos Próprios Equalizáveis

FC - Ministério da Fazenda

NE – Nordeste

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Delimitação espacial das UPF visitadas.	21
Figura 2 - Acesso rodoviário ao município de Barra de Santana-PB.....	26
Figura 3 - Localização Geográfica do município de Barra de Santana.	27
Figura 4 - Vista aérea da sede do Município de barra de Santana -PB.	28
Figura 5 - Efeitos da transformação na estrutura produtiva.	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais práticas de conservação de solo e preservação ambiental.....	40
Tabela 2 - Formas de abastecimento hídrico para consumo humano e animal.....	41
Tabela 3 - Porcentagem de Bens de consumo duráveis nas Unidades de Produção Familiares (UPFs).....	46
Tabela 4 - Média de residentes por UPF/agricultura familiar.....	65
Tabela 5 - Volume de recursos do PRONAF destinados à Paraíba entre 1999 e 2012.....	68
Tabela 6 - Valores em reais do quantitativo de operações de custeio e investimento PRONAF (2010), município de Barra de Santana.....	77
Tabela 7 - Valores em reais do quantitativo de operações de custeio e investimento PRONAF (2011), município de Barra de Santana.....	77
Tabela 8 - Valores em reais do quantitativo de operações de custeio e investimento PRONAF (2012), município de Barra de Santana.....	78
Tabela 9 - Percepção da qualidade de vida familiar após implementação do Pronaf.....	85
Tabela 10 - Avaliação da percepção acerca das mudanças proporcionadas pelo Pronaf na região.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados consolidados dos cariris velhos.....	29
Quadro 2 - Participação da Agricultura Familiar no total de estabelecimentos e da área ...	44
Quadro 3 – Relação de gênero dos titulares nas DAPs nas UPFs visitadas.	45
Quadro 4 - Resumo das linhas de crédito do Pronaf 2012/2013.	57
Quadro 5 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio agrícola (2010).	60
Quadro 6 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio pecuário (2010).	60
Quadro 7 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento agrícola (2010) ...	61
Quadro 8 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento pecuário (2010). 61	
Quadro 9 - Participação das fontes de recursos no Pronaf (2011).....	61
Quadro 10 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio pecuário (2011).	62
Quadro 11 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento agrícola (2011). 62	
Quadro 12 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento pecuário (2011).62	
Quadro 13 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio agrícola (2012).	63
Quadro 14 - Participação das fontes de recursos no Pronaf no custeio pecuário (2012). ...	63
Quadro 15 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento agrícola (2012). 63	
Quadro 16 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento pecuário (2012).64	
Quadro 17 - Principais culturas financiadas pelo Pronaf (Custeio agrícola -2010)	69
Quadro 18 - Principais cultura financiadas pelo Pronaf (Custeio pecuário-2010).....	69
Quadro 19 - Bens financiados pelo Pronaf (Investimento agrícola -2010).....	69
Quadro 20 - Principais bens financiados pelo Pronaf (Investimento pecuário -2010).....	70
Quadro 21 - Principais culturas financiadas pelo Pronaf (Custeio agrícola -2011).	71
Quadro 22 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf.....	71
Quadro 23 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf.....	72
Quadro 24 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf.....	72
Quadro 25 - Principais culturas financiadas pelo Pronaf (Custeio agrícola, 2012).....	74
Quadro 26 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf.....	74
Quadro 27 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf.....	75
Quadro 28 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valores de financiamentos por região geográfica (2010).....	70
Gráfico 2 - Número de contratos por região geográfica (2010).	71
Gráfico 3 - Número de contratos por região geográfica (2011).	73
Gráfico 4 - Valores de financiamentos por região geográfica (2011).	73
Gráfico 5 - Valores de financiamentos por região geográfica (2012).	74
Gráfico 6 - Número de contratos por região geográfica.....	76
Gráfico 7 - Grau de escolaridade dos entrevistados.	83

LISTA FÓRMULAS E EQUAÇÕES

Fórmula 1 - Cálculo de amostra para populações finitas.....	20
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I.....	24
1.1. Caracterização do espaço de pesquisa e aspectos históricos culturais	24
1.2. A “modernização” propulsora do desenvolvimento.....	30
1.3. O universo da agricultura familiar.....	37
CAPÍTULO II.....	47
2.1. Políticas públicas: definições e tipologias.....	47
2.2. Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar: evolução, fontes de recursos e linhas de crédito.....	51
2.3. Cenário do Pronaf no Estado da Paraíba.....	66
2.4. Dinâmica do Pronaf.....	78
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A: Questionário (Agricultores Familiares)	96

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e alocar o uso da mão de obra familiar no campo, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários ou não, desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. São beneficiários do Pronaf as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa – DAP (Bacen, 2014). Institucionalizado pelo Governo Federal em 1996, o Pronaf vem continuamente em aperfeiçoamento e constitui-se como o principal programa de crédito em vigor na atualidade. Realizou-se, durante o processo de pesquisa, visitas em unidade de produção familiares – UPF; objetivando analisar os financiamentos do Pronaf no município de Barra de Santana-PB. Para consecução dos objetivos definiu-se três dimensões de análise em consonância com os objetivos específicos: a institucional (quantificar o volume de recursos disponibilizados pelo Pronaf no município, além de verificar sua aceitabilidade pelo público); tecnológica-produtiva (verificar se houve elevação dos padrões tecnológicos de produção por influência da concessão do crédito aos beneficiários do programa) e a socioeconômica (identificar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares no município).

O estudo da agricultura familiar no Brasil articula/demarca o debate sobre o rural brasileiro e suas múltiplas configurações e encontra-se, atualmente, no centro de controvérsias, desafios e proposições dos mais variados atores sociais envolvidos com a temática e é, também, impulsionado pelo debate sobre desenvolvimento sustentável; a reforma agrária como estratégia de desenvolvimento; programas sociais de redução das desigualdades; políticas de crédito rural; agronegócio; produção familiar; monocultura; degradação socioambiental; dependência de tecnologias intensivas; esvaziamento demográfico; entre outras variáveis apresentadas.

Diversos órgãos ligados à formulação de políticas públicas como o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, além de Agentes Financeiros (Banco do Brasil - BB, Banco do Nordeste - BNB), os Sindicatos de

Trabalhadores Rurais (STR's) e Organizações não Governamentais (ONG's); ora convergindo ora divergindo em ideologias e metodologias, formas de operacionalizações, normas e instituições, veem contribuindo decisivamente para o aprofundamento da agricultura familiar como categoria sociopolítica e analítica.

Considerado, anteriormente, como espaço problemático, o rural assume, na atualidade, grande relevância na estratégia de desenvolvimento socioeconômico do país à medida que o modelo territorial em substituição ao setorial incorpora novas funções à agricultura familiar, para além da agrícola. Apesar do reconhecimento destas novas atribuições, tal perspectiva, constitui um grande desafio, principalmente, no modo de intervenção no rural brasileiro, ainda marcado por baixos indicadores socioeconômicos, principalmente no Nordeste do país.

Repensar o modelo de desenvolvimento instituído às áreas rurais é palavra de ordem nos últimos tempos, notadamente, frente aos pressupostos e paradigmas de desenvolvimento institucionalizados. É inequívoco ainda, em tempos atuais, afirmar que substantivos como sustentabilidade e competitividade, entre outros, confrontam-se numa lógica de desenvolvimento baseados, ainda que implicitamente, na modernização agropecuária e na produtividade, como requisito do progresso e “desenvolvimento”, marca característica de modelos de desenvolvimento do passado, como na revolução verde.

Segundo Buarque (2008, p.14): “Há duas maneiras de fazer política: uma é pelo poder, a outra é pela história”. Ao longo dos anos, as políticas públicas rurais voltaram-se à valorização da agricultura patronal; a modernização e integração ao mercado eram requisitos para o desenvolvimento, apoiadas em paradigmas e modelos preconizados às épocas. Recentemente, porém, a agricultura familiar passa a ser categoria relevante no âmbito da estratégia de desenvolvimento rural brasileiro. Diversas políticas públicas e programas governamentais que contempla o rural como objeto de intervenção foram implantadas nos últimos anos: Brasil sem Miséria; Programa um Milhão de Cisternas – P1MC; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE¹, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa do Leite – PAA/Leite; PRONAF, entre outros. O Pronaf é

¹ O PNAE existe desde o ano de 1954. O “elo institucional” com rural se constitui a partir da Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009, ao estabelecer que, no mínimo, 30% dos recursos totais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar e/ou “[...] do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009, Art. 14).

considerado a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares brasileiros.

A política de concessão de crédito tem destacada participação dentre aquelas que compõem a estratégia de desenvolvimento rural no país. Os debates acerca desta temática perpassam as fronteiras acadêmicas e envolvem diversos segmentos da sociedade civil (STRs, ONG's entre outros) e do Estado – formuladores e executores de políticas públicas; como as entidades de assistência técnica e extensão rural - ATER.

No que se refere à análise e avaliação de políticas públicas é grande o desafio, especialmente em relação às políticas voltadas à redução das desigualdades sociais. Tais políticas adquiriram centralidade no discurso governamental, traduzindo-se na expansão dos principais programas, como: PRONAF; PAA; PNAE; Garantia safra; Bolsa Família, todos possuindo consideráveis dotações orçamentárias correspondentes.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, opera a política nacional de concessão de crédito destinado ao fortalecimento da agricultura familiar, através do Pronaf, que desde a sua criação, em 1996, passa por transformações, e, segundo o discurso governamental, vem alterando o perfil da agricultura familiar, principalmente no Nordeste, estimulando o “desenvolvimento local” e incorporando o debate de um novo paradigma de desenvolvimento: o Territorial. Neste cenário, o Pronaf merece atenção especial em análises, não só em relação ao volume de recursos destinados ao programa, mas também pelo marco social que representa na história e desenvolvimento do rural brasileiro.

A intervenção do Estado no apoio à agricultura familiar através do Pronaf faz referência a um modelo de agricultura, no qual prevalece a dimensão mercantil, através da ênfase à política ao crédito (WANDERLEY, 2009, p.16). Os recursos destinados ao programa têm, em contrapartida, segundo Guanzirolí (2007, p.304), alto custo para o erário público, dado pela necessidade de equalizar com recursos do orçamento da União disponibilizados ao programa a diferença entre os juros cobrados aos beneficiários. O montante de recursos destinado à equalização dos juros, embora declinante, continua bastante alto, portanto, trata-se de um programa oneroso, altamente subsidiado que, por isso, deve ser avaliado e ter indicadores de resultados que comprovem sua eficácia.

Partindo do pressuposto de que a produção baseada na agricultura familiar possui lógica própria de funcionamento; e que a adoção de pacotes tecnológicos e a tradução dos

seus interesses pelas instituições acabam por conflitar com a racionalidade e seus modos de vida, promovendo desvios de finalidade dos financiamentos concedidos pelo programa.

Esta pesquisa é de caráter exploratório e descritivo; uma vez que não se verificou estudos similares na região (Cariri Oriental – PB), e buscou avaliar o Pronaf no município de Barra de Santana-PB.

Metodologicamente, conforme Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas têm como principal objetivo estudar as características de um grupo, de determinada população ou fenômeno, “São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Dados empíricos foram obtidos através da inspeção *in loco* (pesquisa de campo) em propriedades de agricultores familiares, das entrevistas realizadas e da análise dos projetos financiados a partir de recursos do Pronaf no município de Barra de Santana-PB. Trata-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo – realização de entrevistas e aplicação de questionários. Uma vez que para a fundamentação teórica realizou-se uma investigação acerca do objeto de estudo e definição das suas variáveis.

Quanto ao caráter documental foram pesquisadas fontes de dados em órgãos Estaduais, Federais e Municipais de atuação do objeto de estudo. Artigos científicos, teses, dissertações, livros e discussões, entre outras publicações temáticas fizeram parte do acervo de pesquisa. Dados secundários em diversos órgãos governamentais foram consultados, entre os quais: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PB; Banco do Brasil – BB; Banco do Nordeste – BNB; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Barra de Santana – SEMAM; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Banco Central do Brasil – BC e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; que contribuíram decisivamente para as conclusões da pesquisa. Destaca-se, também, a experiência e envolvimento, como técnico e pesquisador na região, como fonte de dados de pesquisa. Conforme Gil (1991), os procedimentos mais usuais para a coleta de dados em um estudo de caso são a observação, análise de documentos, entrevistas e a história dos envolvidos no estudo.

Considerando uma melhor padronização e sistematização, delimitou-se a análise do Pronaf aos anos de 2010 a 2012. Como referência populacional o número de unidades de produção familiares reconhecidas como de agricultores familiares pelo MDA, isto é,

que possuem o reconhecimento institucional do Governo Federal com a Declaração de aptidão ao Pronaf – DAP, que na ocasião (2010) totalizava 1.351 famílias no município (MDA, 2010).

Para obtenção dos objetivos estabelecidos na pesquisa, optou-se como estratégia metodológica, com delineamento de amostra representativa, aleatória e imparcial, permitindo inferir com confiança as questões estabelecidas no objeto de pesquisa: “Avaliar o Pronaf no município de Barra de Santana-PB”.

Para o cálculo amostral estabeleceu-se uma amostra representativa baseados em índices preconizados por Richardson (2012, p. 167-171), que indica para pesquisa social em populações finitas uma margem de erro de 5%, o nível de confiança de 95% e percentual máximo de 15%, resultando em 109 unidades de produção familiar – UPF, visitadas.

Fórmula 1 - Cálculo de amostra para populações finitas

$$(01) \quad N = \frac{\hat{d} \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + \hat{d}^2 \cdot p \cdot q}$$

onde: N= universo;
n=amostra que será calculada;
 \hat{d} =nível de confiança;
e= erro amostral;
p.q=porcentagem pelo qual o fenômeno ocorre.

Superadas as etapas iniciais, em um segundo momento, após a análise do material documental compilado, nos meses de fevereiro, março, abril e maio (2013), iniciou-se a pesquisa de campo com a aplicação de questionários, com roteiro semiestruturado, em visita aos agricultores familiares em suas unidades de produção familiares - UPF, totalizando dezoito comunidades visitadas. Foram realizadas, também, entrevistas abertas com atores sociais (servidores do Banco do Brasil - BB e Banco do Nordeste – BNB); lideranças sindicais do município de Barra de Santana; servidores da Empresa da Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e Gestor municipal de Barra de Santana), atores que direta ou indiretamente, estão ligados à operacionalização do Pronaf na região, além da produção de notas de campo, com as observações realizadas nas propriedades.

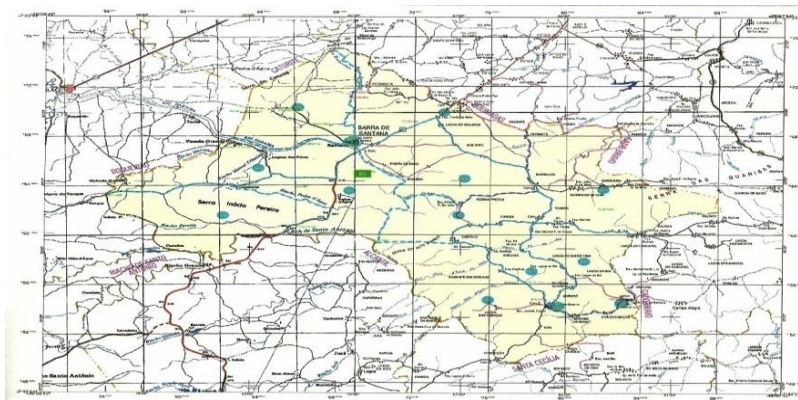
Destaca-se, sobretudo, a realização da testagem do questionário, em reunião ocorrida nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, para verificar sua adequação e acessibilidade ao público pesquisado. Lakatos (1991) indica

que a entrevista consiste em um diálogo frente a frente, de maneira metódica, pelo qual se buscam informações do entrevistado sobre um determinado assunto e é, também, um momento privilegiado para obtenção de dados e avaliar atitudes, gestos, tons de voz, palavras que contribuem para o pesquisador em suas análises.

A seleção das famílias visitadas deu-se aleatoriamente por comunidade visitada, sem aviso prévio ou horário pré-determinado, entretanto, respeitando-se a rotina diária e os dias de maior probabilidade de encontro em seus lares. O público alvo foram os agricultores familiares que possuíam DAP do grupo variável (DAP V). O recorte espacial realizado na pesquisa ocorreu devido à maior concentração demográfica e a presença de atividades agropecuárias nessas comunidades. Durante as visitas procurou-se estabelecer diálogo com os primeiros titulares constantes nas declarações de aptidão ao Pronaf (DAP's), uma vez que são investidos legalmente na categoria de agricultor familiar pelo governo. Na ausência destes, procurou-se estabelecer diálogo com outro integrante da família, em grau de parentesco, direto ou colateral, maior de dezesseis anos, que exercesse atividade ligada à agropecuária e residisse na propriedade, bem como, fosse capaz de entender e responder as questões indagadas.

No que se refere à operacionalização da pesquisa de campo abrangeu-se toda a zona rural do município com veículo, cerca de cinco dias por semana, em período diurno de trabalho. Quanto ao recorte espacial, foram visitas aleatoriamente as UPF, conforme distribuição por comunidade na figura abaixo:

Figura 1 - Delimitação espacial das UPF visitadas.



Fonte: IBGE, 2009. Adaptado pelo autor.

O questionário dividido em três partes, inicialmente identifica os beneficiários a partir de seus dados pessoais, enquadramento no Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) e comunidade rural. Com essa seção buscou-se caracterizar o perfil socioeconômico dos beneficiários como parte dos objetivos específicos desta pesquisa.

Já na segunda parte, caracterizou-se a unidade de produção familiar (número de residentes no lar, quantos pessoas trabalham no estabelecimento, rebanho, área do estabelecimento, benfeitorias existentes, tipo de manejo na agricultura, dados da produção agrícola, ações de conservação do solo, preservação do meio ambiente, produção animal, formas de comercialização, fontes de renda secundárias e bens duráveis existentes). Com essa seção procurou-se avaliar as condições de produção e nível tecnológico dos entrevistados. Convém destacar, que para o nível tecnológico, consideraram-se práticas simples, como: análise de solo, práticas de ordenha higiênica, entre outras de caráter tecnológico e social.

Por fim, na terceira parte, especificamente, informações acerca do Pronaf, de cunho subjetivo, procurou-se avaliar a percepção do agricultor familiar sobre o programa e sua aceitabilidade, analisando os investimentos propostos nos projetos financiados. Desta forma, com a pesquisa, buscou-se analisar no período de 2010 a 2012, a consonância entre o discurso governamental, a realidade local e os investimentos concedidos.

A pesquisa elegeu como universo a cidade de Barra de Santana-PB, localizada na mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Oriental Paraibano, que conjuntamente a quatorze municípios², insere-se numa área de elevado grau de desertificação do Estado Paraibano, representando 2,42% da mesorregião da Borborema. O Cariri Oriental é marcado pelo elevado índice de aridez (onde a quantidade de água evaporada é muito maior que a oriunda das chuvas), aliado ao predomínio de climas com chuvas escassas de 250 mm/ano e cerca de 1000 mm/ano, fatores esses condicionantes de um mau desempenho produtivo na região.

Desta forma, com esta pesquisa procurou-se desvelar, a partir de análises estatísticas e dos questionários aplicados, a contribuição do Pronaf para o desenvolvimento socioeconômico do município. Com objetivos específicos de identificar os perfis socioeconômicos dos agricultores familiares; quantificar o volume de recursos disponibilizado pelo Pronaf no período de 2010 a 2012 e avaliar a aceitabilidade no município.

² Alcantil, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri, Soledade, Boa Vista e Barra de Santana.

Dividida em dois capítulos, além da introdução, anexos e referências. O primeiro aborda a caracterização do lócus de pesquisa, o debate acerca dos paradigmas da modernização e o universo da agricultura familiar (perfil socioeconômico, entre outros). No segundo capítulo, desenvolve-se a temática das políticas públicas (definições e tipologias) com o Pronaf (evolução, linha de crédito e fontes de recursos), suas análises e o cenário atual do Pronaf nas esferas federal, estadual e municipal. E por fim, as conclusões finais.

CAPÍTULO I

1.1. Caracterização do espaço de pesquisa e aspectos históricos e culturais

As ciências sociais têm destacado a “questão agrária” como um dos principais campos temáticos de estudo do rural brasileiro. Acadêmicos, pesquisadores e militantes da área contribuem expressivamente para manter o tema como elemento vivo da modernidade e chave para o entendimento do desenvolvimento rural do país. A grande heterogeneidade dos agricultores familiares e suas diferentes formas sociais de ligação com terra, de organização das atividades produtivas nas esferas econômica, geográfica, política e ecológica dão ao tema uma dimensão multidisciplinar.

Para Sachs (2000), a construção de novos paradigmas que orientam a ação humana em direção ao desenvolvimento sustentável e à superação da pobreza exige que não se fixem, nem se ampliem lacunas científicas no estudo das várias formas apresentadas pela base agrária e rural do desenvolvimento dos países; essa mesma chave de leitura nos apresenta o imperativo de se criar pontes sólidas de comunicação e interação entre as várias disciplinas.

Nesse sentido, é importante a interdisciplinaridade dos estudos e o exame aprofundado das questões relacionadas ao desenvolvimento rural.

Segundo Mendonça (2001, p.07), uma das características mais significativas que diferenciaram os países, considerados desenvolvidos, daqueles que não alcançaram índices de desenvolvimento econômico e humano, compatíveis com suas potencialidades, foi a de enfrentar as questões estruturais que inibiam ou retardavam o próprio crescimento econômico; e uma das decisões mais importantes que moldaram o crescimento dessas nações foi o enfrentamento das questões voltadas ao desenvolvimento rural.

Diante da compreensão de que o desenvolvimento é fruto de decisões políticas e não sinônimo, exclusivo, de crescimento econômico, e muito menos construído a partir de estágios evolucionistas, países mais avançados e menos avançados e/ou da mera disposição de recursos financeiros (FURTADO, 1920); destaca-se a agricultura familiar, tanto como categoria analítica, como lócus nas ações do governo em busca do desenvolvimento rural.

No entanto, segundo Wanderley (2001, p. 21), o que se tem de recente nessa abordagem são os rumos de sua análise, e, também, a importância que recentemente vem ganhando, especialmente, no Brasil.

Surge, a cada dia, no âmbito dos estudos de desenvolvimento rural e análises quantitativas, interesse nos estudos das políticas de caráter redistributivo e crédito do Brasil, porém, diversas ainda não aprofundadas nos estudos voltados às realidades sociais, enquanto políticas públicas de desenvolvimento, especificamente nas voltadas à superação da “pobreza rural” e mudanças estruturais do espaço rural.

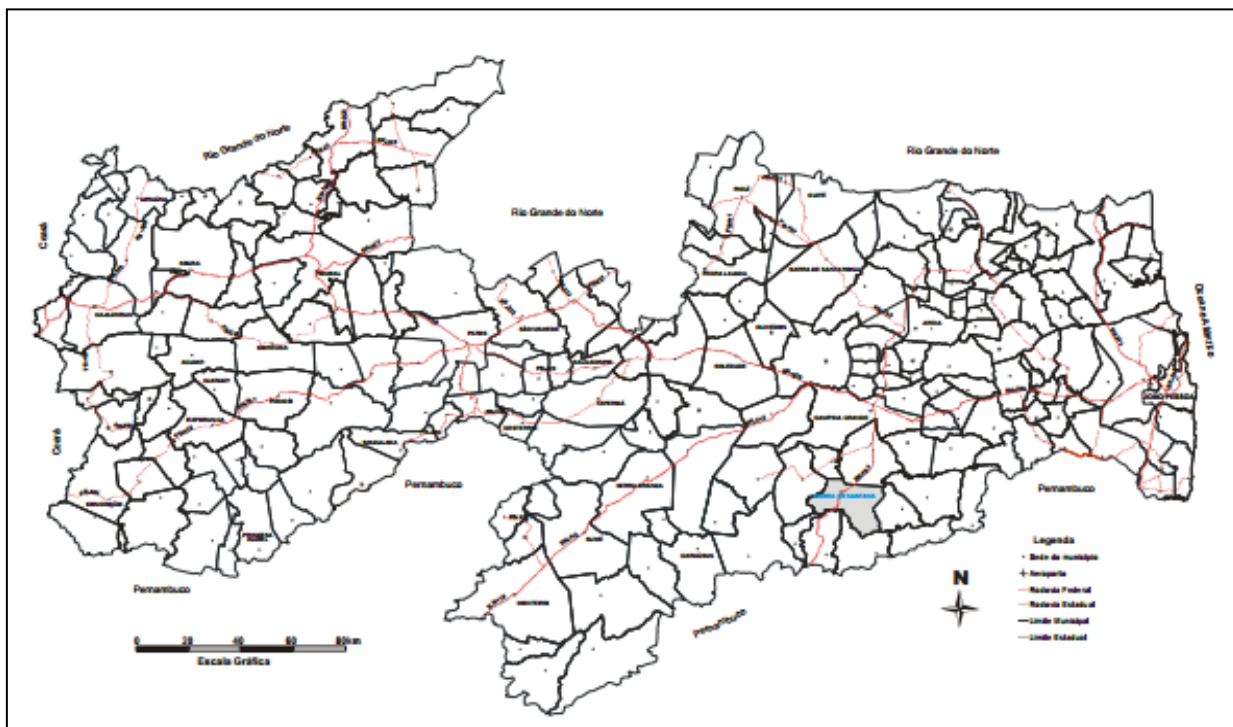
O município de Barra de Santana está localizado na mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Oriental³ do Estado da Paraíba. Sua Área é de 369 km², representando 0.6543% do Estado, 0.0238% da região NE e 0.0043% do território Brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 350 metros, distando 173,15 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR- 230 ou pela cidade de Caruaru-PE e Campina Grande-PB, pela BR-104 (IBGE, 2012)

O município⁴ foi criado em 1994, e, hoje, possui uma população total de 8.206 habitantes sendo 602 na área urbana e 7604 em zona rural. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.567, segundo (IBGE, 2013). São registrados 06 domicílios particulares permanentes com banheiro ligados à rede geral de Esgoto, 146 domicílios particulares permanentes têm abastecimento ligado à rede geral de água. Existem 06 Estabelecimentos de saúde prestadores de serviços ao SUS, sem leitos. O ensino fundamental tem 2.348 matrículas e o ensino médio com 327 (PMBS, 2012).

³ A região do Cariri Oriental perfaz um total 44.457.00 km², representando 7,87% do Estado; possui cerca 83.670 habitantes, dos quais, 42.922 habitantes nas áreas urbanas (51%) e 40.748 nas áreas rurais (49%). Possui 6.636 estabelecimentos caracterizados como da agricultura familiar e 13.723 habitantes em extrema pobreza (IBGE, 2010). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), possui média de 0,586. É composto por quatorze municípios (Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri, Soledade e Boa vista)

⁴ Essa era uma região ocupada pelos Índios Tapuias pertencente a grande nação TUPI, cujos vestígios históricos encontram-se nas pinturas rupestres do Sítio Arqueológico da pedra do Altar, a margem direita do Rio Paraíba a 14 km da sede. Com a ocupação do interior da Paraíba, em fins do século XVII, essa região obedecia as tradicionais formações dos núcleos populacionais, os quais eram constituídos de senhores escravocratas que se apossavam das terras desbravadas dos indígenas e como professavam fé católica construíram logo uma capela. As primeiras habitações surgiram de uma doação da família Alvino, proprietária das terras, onde construiu-se um templo de cujo o início da edificação atribuiu-se ao Pe. Ibiapina o qual recebera como padroeira a imagem de Santa Ana. O primeiro nome, Vila de Bodocongó, atribuía-se ao fato de está localizado às margens esquerda do Rio Bodocongó. Por volta de 1864, com o advento do Movimento Quebra-Quilos (levantamento de escravos que recebeu adesão de vários outros grupos sociais), teve início na antiga Vila de Fagundes estendendo-se a várias vilas paraibanas. A então Vila de Bodocongó passou a condição de sede do município de Cabaceiras, com a emancipação de Boqueirão, a Vila de Bodocongó passou a condição de Distrito do município de Boqueirão. Em abril de 1994, com a emancipação, o Distrito passou a denominar-se de Barra de Santana, em homenagem a padroeira (IBGE, 2010).

Figura 2 - Acesso rodoviário ao município de Barra de Santana (PB).



Fonte: (IBGE, 2010).

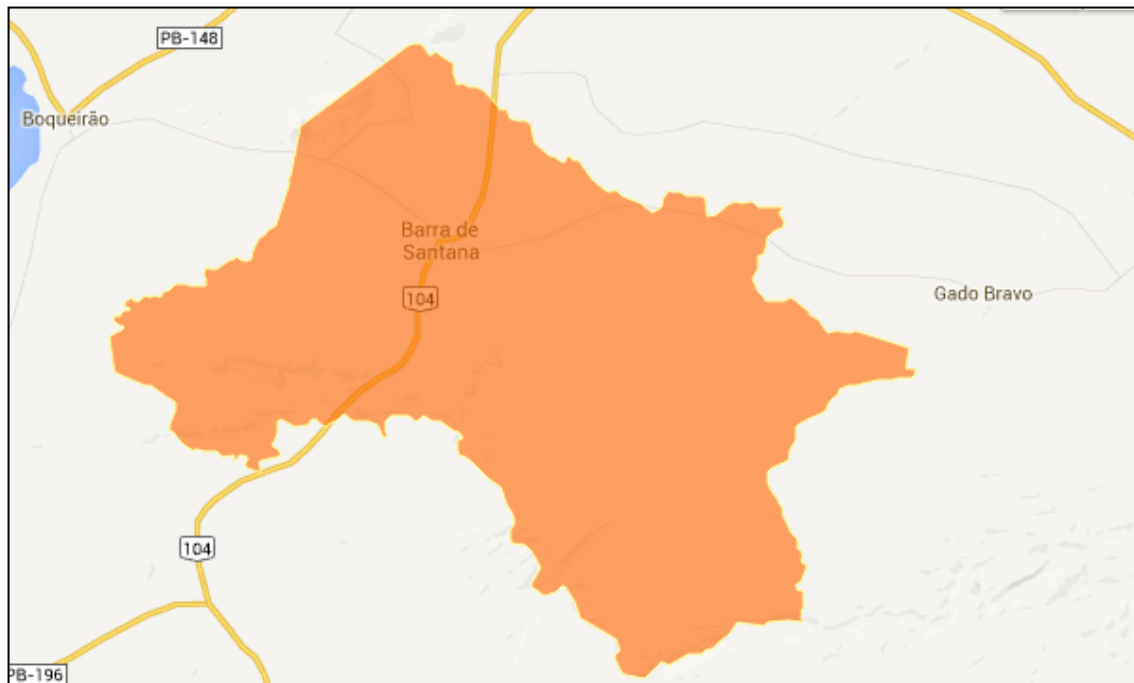
Por ser uma região marcada por intensa vulnerabilidade social e econômica, diversas instituições assistenciais, políticas e de assessoria, como a AS-PTA/PB desenvolvem trabalhos no município. Nas articulações entre instituições existe, também, convênio de cooperação entre entidades públicas nas áreas de educação e desenvolvimento econômico, a exemplo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, SEBRAE, Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

Observa-se a existência de oferta de lotes, construção de unidades e execução programas na área de habitação; programas ou ações na área de geração de trabalho e renda e capacitação profissional. Verifica-se a descentralização administrativa com a formação de conselhos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Existem atividades socioculturais, principalmente em períodos e datas comemorativas, e uma biblioteca pública rudimentar disponível à sociedade.

A partir da figura abaixo se visualiza o único acesso à cidade através da rodovia estadual BR-104, mesma rodovia que liga diversos municípios do cariri oriental como

Queimadas, Alcantil, Gado Bravo e Aroeiras; esses dois últimos pertencentes ao território do vale do médio Paraíba.

Figura 3 - Localização Geográfica do município de Barra de Santana.



Fonte: IBGE, 2010

O relevo é bastante acidentado, moderadamente dissecado, apresentando altitudes entre 300 e 700 metros, com solos pobres e rasos, salvo nas áreas de fundo de vales estreitos e várzeas. Com respeito aos solos, são caracterizados pelos tipos litólicos, rasos pedregosos e fertilidade natural média; nas baixas vertentes os solos são bruno não cálcicos, textura argilosa com fertilidade natural alta e nos topos planos ocorrem os latossolos, profundos, bem drenados, ácidos e de fertilidade natural baixa (EMBRAPA, 2011).

O município de Barra de Santana encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do rio Paraíba, região do médio Paraíba. Seus principais tributários são o rio Bodocongó, e os riachos: Curimatã, Manoel Triburino, Marinho, Pereira, Canudos, Pedra d'Água, de Santo Antônio, Pedras Pretas, Salinas, Pé de Juá, Olho d'Água dos Bodes e Olho d'Água do Meio. Os principais cursos d'água no município têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico. O potencial de água subterrânea é quase sempre baixo a muito baixo, aparecendo pequenas áreas com potencial mais alto, com a qualidade variando em função do substrato (EMATER-PB, 2010).

Figura 4 - Vista aérea da sede do Município de Barra de Santana -PB.



Fonte: Prefeitura Municipal de Barra de Santana-PB, 2009.

A vegetação é composta por flora Caducifólia e Caatinga. O clima é caracteristicamente quente, com período de chuvas iniciando em março-abril e se estende até setembro, bastante irregular na atualidade.

Atualmente, há predominância da pecuária voltada para a bovinocultura leiteira, caracterizada por um grande número de estabelecimentos com área reduzida. Estabelecimentos com menos de 50 ha (faixa na qual se concentra a maioria dos produtores

familiares), correspondem a 80% do total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 15% da área total (IBGE, 2010).

A ocupação deste espaço vinculou-se ao domínio da caatinga, através de grandes propriedades. Até meados do século XVIII desenvolviam-se, além da atividade pecuarista, a agricultura de subsistência nas áreas ribeirinhas. Na segunda metade do século XVIII o algodão passa a ser cultivado em sistema de consócio com as culturas de subsistência e como atividade complementar a pecuária. O binômio gado-algodão representou um marco na organização do espaço agrário do cariri paraibano, onde se insere o município, até o fim da primeira metade do século XX (MDA, 2012). A partir do quadro abaixo relacionamos por ordem alfabética a distância e áreas em metro quadrado dos componentes dos chamados cariris velhos, correspondentes ao cariri oriental e cariri ocidental paraibanos

Quadro 1 - Dados consolidados dos cariris velhos.

MUNICÍPIO	Distância da Capital (Km)	Microrregião	Área (Km ²)
Alcantil	188,0	Cariri Oriental	252,0
Amparo	335,7	Cariri Ocidental	120,5
Assunção	229,2	Cariri Ocidental	147,7
Barra de Santana	154,8	Cariri Oriental	351,2
Barra de São Miguel	207,8	Cariri Oriental	582,2
Boa Vista	169,9	Cariri Oriental	448,2
Boqueirão	162,8	Cariri Oriental	396,4
Cabaceiras	183,8	Cariri Oriental	407,2
Camalaú	331,7	Cariri Ocidental	672,4
Caraúbas	262,8	Cariri Ocidental	438,7
Caturité	153,8	Cariri Oriental	118,2
Congo	310,7	Cariri Ocidental	320,8
Coxixola	246,8	Cariri Ocidental	113,7
Gurjão	218,1	Cariri Ocidental	336,9
Livramento	280,8	Cariri Ocidental	344,9

Fonte: MDA, 2010, adaptado pelo autor.

Os estabelecimentos familiares estão limitados a áreas pequenas, que não permitem um aumento do rebanho, como forma de capitalização. Na tentativa de aumentar sua produção, criam grandes quantidades de animais para ter uma renda maior e acabam ultrapassando a capacidade de carga permitida pelo meio ambiente, prejudicando-o, e assim, reduzindo sua própria capacidade de criação, pelo suporte forrageiro insuficiente.

Essa intensificação acaba por causar forte dependência por investimento para custeio da produção por meio do Pronaf, como verificado na pesquisa.

Barra de Santana destaca-se por ser integrante de uma das mais importantes bacias leiteiras, a do cariri oriental paraibano, com projeção econômica no Estado e agricultura familiar paraibana. Quanto às unidades de produção familiares, possui de latifúndios a minifúndios, com exploração pecuária e agricultura de sequeiro; caracterizadas por alto impacto ambiental, como nos demais municípios integrantes do seu território do Cariri Oriental paraibano. Atualmente Barra de Santana possui um rebanho bovino de aproximadamente 11.939 cabeças de bovinos, 2.077 de caprinos, 4.483 de suínos e 1.921 de ovinos. Com estimativa de produção leiteira de 57.307, 2 litros de leite dia, sendo a principal atividade econômica da região (EMATER-PB, 2014).

A pesquisa ao analisar os financiamentos concedidos pelo Pronaf no município, verificou consonância entre as atividades agropecuárias desenvolvidas e os tipos de investimentos financiados pelo Pronaf, entre projetos agropecuários de custeio de investimento.

1.2. A “modernização” propulsora do desenvolvimento.

Em análise da lei institucionalizadora do Pronaf verificou-se, nos objetivos descritos das suas linhas de crédito, explicitamente, o viés modernizador e integralizador ao mercado, como meio de promoção do desenvolvimento. Carneiro (2007), corroborando, em termos conceituais com Maia et al (2012), destaca que agricultura familiar ou produção familiar abrange uma gama variada de agricultores e condições de produção, orientada exclusivamente para as demandas do mercado e classifica os agricultores familiares em viáveis, em transição e não-viáveis. Observou-se que a solução que envolve o estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar é restringida pelo texto oficial, apenas às formas de produção e comercialização de seus produtos, legitimada por diversas autoridades governamentais na atualidade.

Em nossa pesquisa adotou-se o termo “modernização”, na perspectiva de Giddens (2002), onde o autor refere-se às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que, no século XX, se tornaram mundiais em seu impacto, referindo-se às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção, no sistema capitalista,

sistema de produção de mercadorias que envolvem mercados competitivos de produtos e mercantilização da força de trabalho.

[...] a modernidade, nasce no ocidente a partir de transformações institucionais e em termos analíticos devem-se considerar características fundamentais separáveis de significação no desenvolvimento dela (modernidade): o estado-nação e a produção capitalista sistemática. Ambos têm suas raízes em características específicas da história européia e têm poucos paralelos em períodos anteriores ou em outros cenários culturais, e se em íntima conjunção, eles têm se difundido através do mundo, é acima de tudo devido ao poder que geraram. Nenhuma outra forma social, mais tradicional, foi capaz de contestar este poder no que toca à manutenção de completa autonomia fora das correntes do desenvolvimento mundial [...], a modernidade é universalizante não apenas em termos de seu impacto global, mas em termos do conhecimento reflexivo fundamental a seu caráter dinâmico. Desde que a razão se revele incapaz de fornecer uma justificativa definitiva de si mesma, não faz sentido fingir que esta ruptura não repousa sobre o compromisso cultural (e o poder). O poder, todavia, não estabelece inevitavelmente questões que emergem como resultado da difusão da reflexividade da modernidade, especialmente na medida em que os modos de argumentação discursiva se tornam amplamente aceitos e respeitados [...] Uma das conseqüências fundamentais da modernidade, como este estudo enfatizou, é a globalização. Esta é mais do que uma difusão das instituições ocidentais através do mundo, onde outras culturas são esmagadas. A globalização — que é um processo de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena — introduz novas formas de interdependência mundial, nas quais, mais uma vez, não há ‘outros’ (GIDDNES, 1991, p.153).

Observa-se através de Giddnes que a trajetória social histórica e os processos exógenos influenciam substancialmente as políticas públicas da atualidade e os processos de decisões nas esferas governamentais. A mudança de paradigma, no contexto do desenvolvimento rural, pelo insucesso do modelo preconizado, pós-guerra, pressupõe a ruptura com estruturas alicerçadas ao longo da história humana. Segundo Roesler (2011, p.71), a “efetivação da modernização da agricultura brasileira evidência o que Habermas nos estudos sobre a transformação das sociedades, define como processos constantes de submissão dos grupos sociais às decisões racionais”, e prossegue o autor:

Estas decisões foram definidas no âmbito do Estado e tiveram pouca (ou nenhuma) participação das entidades ou grupos representativos dos agricultores que teriam um conhecimento mais próximo de sua realidade social, do seu modo de vida. Nesta dimensão, os agricultores familiares vivem e estabelecem relações sociais nas comunidades e com o meio natural nas suas unidades de produção (HABERMAS, 1987 apud ROESLER, 2011, p.71)

Continuando a partir da análise de textos oficiais do MDA, no que se refere às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, o Estado racional institucionaliza a

partir da adoção de “novos” paradigmas de desenvolvimento, normas e rumos para o desenvolvimento, acabando por interferir na autonomia, lógica e modo de vida em favor do desenvolvimento colonizador estatal.

Sachs (2000) explicita que apesar de o “Desenvolvimento” parecer algo bastante natural e desejável por todos; esse discurso é perverso por colocar determinados saberes como únicos e verdadeiros, desconsiderando a diversidade do mundo rural, a partir de uma visão etnocêntrica que tenta subordinar tudo e todos.

A modernização da agricultura familiar, a expansão dos mercados e a atuação homogeneizadora do Estado resultam na colonização do mundo da vida dos agricultores, com a prevalência da racionalização econômica como o objetivo principal da unidade de produção familiar e a inserção no mercado para ampliação dos lucros (ROESLER, 2011).

Segundo Gorz (2007, p.112), ao apontar um dos problemas da racionalidade econômica, afirmou que ela “não pode ser aplicada quando o indivíduo é livre para determinar por si só o nível de suas necessidades e o nível de esforço que despende”. Neste sentido seu livre arbítrio em decidir é categoria cultural e não econômica, onde para muitos agricultores é mais importante do que os rendimentos é a liberdade em valer-se dessa racionalidade econômica.

Historicamente, a Revolução Verde⁵, expressão criada em 1966 por Wiliam Gown, em uma Conferência em Washington, e dirigida a um pequeno grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento de países com déficit de alimentos, onde a cita como: “*a Revolução Verde, feita à base de tecnologia, e não do sofrimento do povo*” (SANTOS, 2010, p.02); tendo em vista que diversos agricultores familiares não conseguiram se adaptar as novas técnicas de produção, e nem atingiam a produtividade suficiente para competir com grandes empresas agrícolas, acabando-se por se endividarem com empréstimos bancários feitos com o objetivo de investir na mecanização das atividades, e tiveram como única alternativa, a venda de suas terras a outros produtores e a migração para os centros urbanos (SANTOS, 2010, p.05), não se pode afirmar que houve insucesso do modelo preconizado, visto os índices atingidos na atualidade pela agricultura patronal,

⁵ Caracterizada como um conjunto de estratégias e inovações tecnológicas com o objetivo de se alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo, além, da adoção das “novas” práticas agrícolas. Com ela, houve um aumento significativo na produção de alimentos no mundo, porém, a fome não reduziu, uma vez que, a produção de alimentos nos países considerados em desenvolvimento seria destinada principalmente, a países ricos e industrializados.

destacadamente o cultivo de grão e a pecuária geradora de significativas divisas para o país.

Já para Cerqueira (2010), o motivo para o fracasso da Revolução Verde pode ser explicado pelo fato de que paralelamente ao aumento da produção de alimentos, deveria ter sido proposto um programa que visasse combater as desigualdades sociais, apontada pela autora, como a responsável pela pobreza e real causadora da fome nos países em desenvolvimento.

Outra crítica que se faz ao “modelo modernizador” refere-se aos efeitos ambientais, devido aos impactos ocasionados pelo uso do maquinário e fertilizantes químicos, tais como: erosão, compactação do solo, poluição do ar e do solo, redução dos recursos hídricos, perda de matéria orgânica do solo, entre outros.

No Brasil, as diretrizes da revolução verde predominaram nas políticas e ações da década de 50 e 60, e o modelo de desenvolvimento defendido à época, tinha e o pressuposto do rural atrasado e a modernização seria ferramenta para alavancar o desenvolvimento com mudanças na base tecnológica do país⁶.

Durante os governos militares, muito se discutia a respeito de qual caminho o país deveria seguir para aumentar a sua produtividade agrícola. Duas vertentes distintas predominavam: a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária e a que defendia a adoção de pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem se tocar na questão fundiária. Os militares acabaram por optar manter a estrutura agrária que já existia no Brasil e aderiram às bases do modelo da Revolução Verde. Essa escolha foi muito questionada por seus críticos que a denominaram modernização conservadora (SANTOS, 2010).

Para Guanzirolí (2007, p.13), a visão clássica dos técnicos educados na revolução verde, baseava-se em produzir muito com ganhos crescentes de produtividade, sendo necessário para isso pedir empréstimos que viabilizassem a compra dos pacotes tecnológicos recomendados. Entretanto, muitas vezes a produção e a produtividade aumentavam, mas os preços caíam, assim, o ganho de produtividade era captado pelos intermediários financeiros e comerciais. Na perspectiva do autor, os agricultores devem olhar primeiramente para os mercados, ver seus sinais e produzir aquilo que tem demanda

⁶ Segundo Roesler (2011, p. 71), um dos incentivadores da modernização da agricultura foi o pesquisador Schultz (1965), o qual defendia que a eficiência e a maximização do lucro são parte de um sistema econômico eficiente e racional.

e perspectivas de integração agroindustrial. Depois, pensar-se-ia na tecnologia e, finalmente, no crédito necessário para adotar essa tecnologia. Para isso é necessário compreender bem a dinâmica dos mercados e não deixar se iludir por promessas de crédito barato e preços bons.

A lógica de liberação de recursos para a agricultura que sempre prevaleceu no Brasil, mesmo no modelo que trabalhava com crédito subsidiado, e que alavancou a "Revolução Verde", foi aquela que determinava diferenças quanto às exigências demandadas a depender do tipo de produtor. Na verdade, a lógica de liberação e das garantias exigidas sempre determinou a forte concentração de recursos nas mãos dos produtores mais integrados economicamente ao mercado e de maior porte. Desde a época da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, aos produtores de maior porte era concedido crédito corrente, que não dependia de muitas formalidades e projetos técnicos. Já aos produtores que utilizavam técnicas tradicionais (na época, pequeno produtor) era concedido o crédito orientado, que exigia a apresentação de projeto técnico e de garantias (SERVILHA, 1994). Ainda hoje, a oferta de recursos é feita de forma seletiva em termos de produtores, de acordo com o perfil específico (dadas as exigências de altas garantias pelas instituições financeiras). As liberações de recursos ainda permanecem, historicamente, concentradas em produtos integrados às agroindústrias e ao setor exportador, nas Regiões Sudeste e Sul do país, mais dinâmicas economicamente (SCHNEIDER, 2008).

O pacote tecnológico, representado por um conjunto de tecnologias, insumos e equipamentos foi utilizado para efetivar a modernização da agricultura brasileira, processo este que ocorreu em sintonia com a expansão do capitalismo mundial e introduzido no Brasil por grupos econômicos, que expandiam seus negócios no mundo pós-segunda guerra mundial (ROESLER, 2011 apud BRUM, 2005, p.23).

Inserida nesse contexto, a agricultura familiar, até então denominada pequena produção familiar, devido à sua heterogeneidade sofreu diferentes modificações, em sua forma de produzir e se reproduzir socialmente. Alguns se adaptaram bem aos pactos modernizadores, outros ficaram marginalizados por falta de condições técnica e ou econômicas, ou mesmo, por opção própria frente ao conflito com seu modo de vida e racionalização. Segundo Bursztyn (2008), no Nordeste, o caráter paternalista do Estado Brasileiro, em relação aos grupos de poder local, materializou-se, historicamente, por uma

série de medidas de ajuda material e financeira que não visaram impor modificações na estrutura econômica e social e no desenvolvimento das forças produtivas locais. Na atualidade, o Estado, vai tornando-se “agente orientador” para obtenção de crédito subsidiado, e, como parte da sua estratégia, condiciona a concessão do crédito a uma série de exigências que implicam em mudança nos aspectos organizacionais e técnicas de produção dos agricultores familiares, para satisfazer às exigências burocráticas dos agentes financeiros. Estas orientações são elaboradas e articuladas a estratégias nacionais, em que são atribuídas prioridades específicas a cada região; portanto “pacotes tecnológicos” traduzidos em projetos técnicos financeiros em cada uma dessas zonas, mediados por agentes de desenvolvimento institucionais.

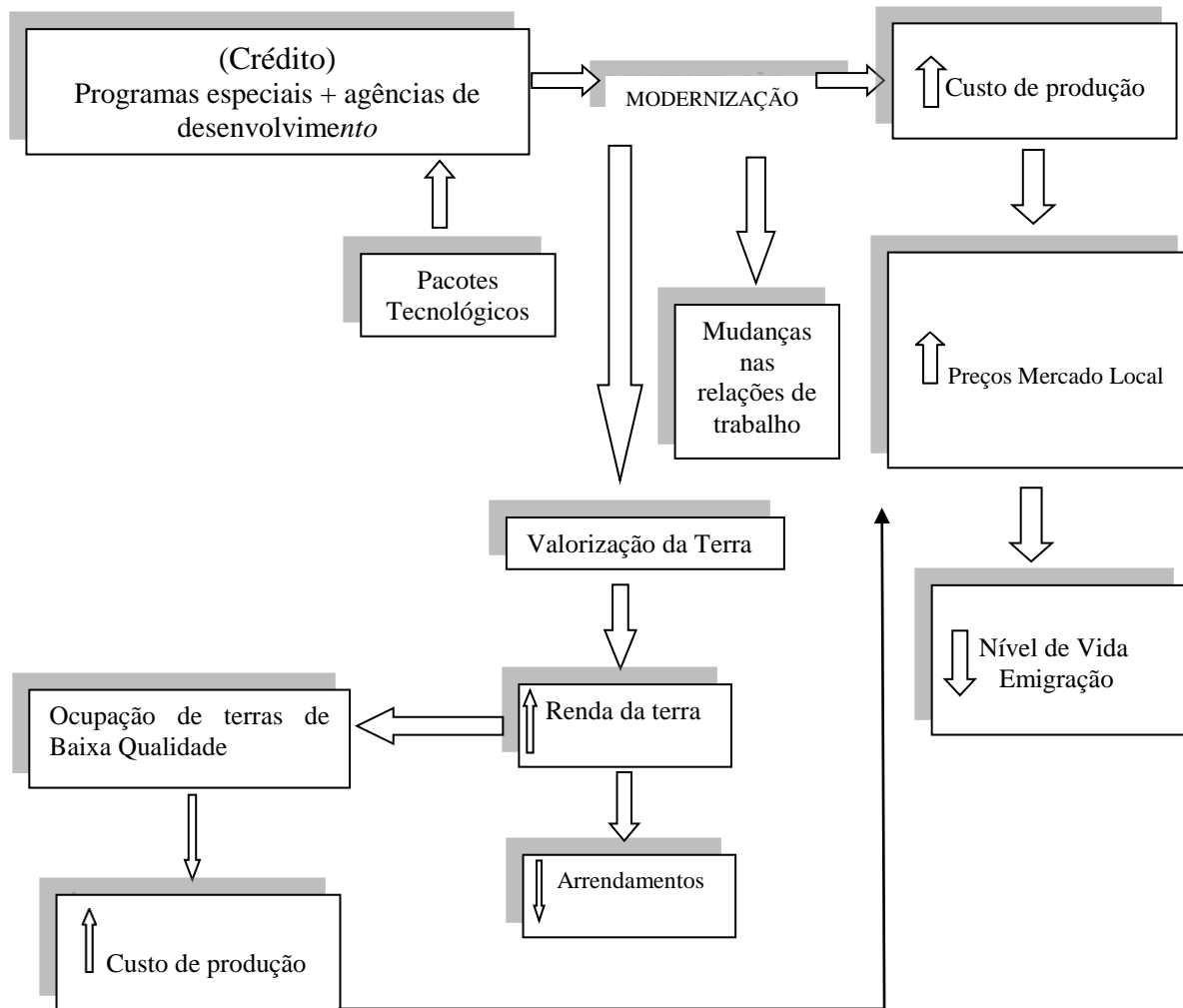
No discurso governamental, as projeções de crescimento populacional e demanda por alimentos, colocam a agricultura familiar no centro do debate no âmbito das políticas de desenvolvimento rural. É um segmento com potencial estratégico para o desenvolvimento do país; além de ser responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros todos os dias, responde por 38% da renda agropecuária e ocupa quase 75% da mão de obra do campo (MDA, 2013).

Os efeitos da modernização no setor agrícola, segundo Bursztyrn (2008), não ficam, apenas, no campo de estratificação da sociedade local segundo o grau de participação nos beneficiários trazidos pela ajuda oficial; o crédito oferecido pelas agências de desenvolvimento (principalmente as EMATER's) são indutores da modernização via pacotes, no intuito do aumento da produtividade e incentivo à produção capitalista (dependente do mercado), aumentando os custos de produção para atender às demandas e intensificando os meios de produção. Todos esses aspectos, incluído os custos de manutenção das terras, levam à elevação dos preços dos alimentos no mercado local, diminuição de trabalhadores regulares (pelos altos encargos trabalhistas) e aumento de consumidores pela diminuição da produção para o autoconsumo acabam, infalivelmente, por provocar êxodo rural.

Para Cunha (2010, p 201), o tema modernização ainda que não seja claro para todos, é possível dizer que sua presença nos mundos sociais ainda que mais notória é também invisível, e na atualidade, o ideal modernizador novamente ganha força, ainda que transfigurado aparentemente do passado, renomeado, onde o renovado programa modernizador se diferencia do antigo projeto de modernização conservadora em dois

aspectos principais: (a) substitui a ênfase nos aspectos econômicos dos processos de modernização, pela ênfase sobre as transformações institucionais e (b) o público prioritário deixa de ser as classes dominantes (e seus interesses), pelas classes dominadas, mas sobretudo, pela interpretação de quais são seus interesses.

Figura 5 - Efeitos da transformação na estrutura produtiva.



Fonte: Bursztyn, 2008. Adaptado pelo Autor

Nessa perspectiva, o mundo rural, durante várias décadas, sofreu interferências no sentido de modificá-lo, sobretudo, quanto aos fatores culturais e a racionalidade dos seus integrantes. Ideais como participação social, concertação, empoderamento, capital social, sustentabilidade, autogestão, presente nos discursos recorrentes, são transformados em crenças coletivas para muitos setores da sociedade brasileira, inatacáveis e inquestionáveis para aqueles que lhe dão significado social e político, estando ou não no poder. Ideais que

não consideram a racionalização completa nas ações de exploração dos recursos naturais e da geração de riquezas, mas, pautam suas ações em uma racionalização do modo de vida através da instituição de normas e regras cada vez mais formais, complexas, abrangentes projetadas pelo Estado legal. Ideais que são apresentados como aporte à emancipação das parcelas dominadas da sociedade e, nesta perspectiva, pode-se interpretar o uso do conceito de protagonismo, como mais uma forma moderna de se pensar o papel dos indivíduos e de suas escolhas e ações nas transformações sociais (CUNHA et al, 2010, p.23).

Ainda hoje, o acesso ao crédito via Pronaf depende da elaboração das propostas de crédito pelos técnicos dos órgãos de assistência técnica e extensão rural ou de empresas particulares, credenciadas juntos agentes financeiros operadores dos recursos do Pronaf. Os projetos são aprovados de acordo com os limites de crédito estabelecidos em seus enquadramentos nas declarações de aptidão ao Pronaf (DAP), e, acima de tudo, as regras estabelecidas pelo sistema financeiro no que concerne às garantias reais oferecidas pelos beneficiários para concessão do crédito.

Apesar do tema modernização não ser inédito nas políticas públicas voltadas à realidade rural seu estudo é de grande relevância no entendimento dos rumos institucionais e políticos no contexto atual.

1.3. O universo da agricultura familiar

A análise da agricultura familiar no Brasil é uma tarefa árdua tendo em vista o debate acerca dos conceitos e a importância relativa que essa categoria ganhou nos últimos anos, condicionando concepções, interpretações e propostas, oriundas das mais diferentes entidades representativas dos produtores, estudiosos e dos técnicos governamentais encarregados de elaboração de políticas públicas.

Os estudos realizados pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO entre 1996 e 2000, baseados na metodologia de sistemas agrários desenvolvidos pela escola francesa de estudos agrários, permitiram uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades de produção familiares; assim como os sistemas de produção por eles adotados em diversas regiões do país e embasaram de forma decisiva a definição de categorias e conceitos apropriados pelas políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

Os resultados desse estudo indicaram uma grande diversidade em relação aos modos de produção, adaptação com a terra, disponibilidade de recursos e infraestrutura, não apenas entre regiões, mais também inter-regional (MDA, 2000).

O universo agrário familiar, seja em função da grande diversidade da paisagem ambiental, econômica e social, torna-se complexo em virtude dos diferentes tipos de condições e de agricultores, traduzindo-se em diferentes estratégias de sobrevivência e adaptação.

Existe, atualmente, uma multiplicidade de metodologias de ATER, critérios e variáveis definindo tipologias de produtores (camponeses, agricultores familiares e/ ou pequenos produtores), entretanto, esbarando em comportamentos e na racionalidade desses vários tipos, produzindo-se complexos manuais de assistência com técnicas, peso e significado diversos em contextos regionais peculiares.

Para Caio Prado Jr. apud Sabourin (2009, p 29), partindo-se de uma abordagem da ortodoxia marxista, não há nem houve camponeses no Brasil, uma vez que, baseado na visão europeia, só existiria camponês a partir da transformação do sistema feudal de serventia e, no Brasil, ter-se-ia passado diretamente da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais. Já Wanderley (1996, p. 7), a parte representada pelo campesinato no Brasil continua importante, sobretudo no nordeste, inclusive no âmbito da modernização de uma agricultura do tipo familiar: “Este campesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar, constituídas a partir de modalidades específicas de produzir e viver em sociedade”.

A agricultura familiar reconhecida institucionalmente pelo governo é caracterizada por diferentes formas produtivas, ainda assim, para fins de definição mais precisa, deve-se tomar por base algumas características intrínsecas, tais como: quantidade de mão de obra familiar ocupada na produção, condições de posse da terra, administração da unidade produtiva e número de trabalhadores contratados (WANDERLEY, 2001, p.21).

Segundo Altafin (2007, p. 2), na delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se diversas vertentes, dentre as quais, a autora destaca duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra abordagem que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas:

[...] Tendo como foco o caso europeu, a primeira corrente citada considera que não há significado em buscar as origens históricas do conceito, como, por exemplo, estabelecendo uma relação com a agricultura camponesa. '[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa'. Apesar do caráter familiar, esse autor considera que há uma distinção conceitual, cuja origem estaria nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada uma. 'A própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve' (ABRAMOVAY, 1992, p.22- 23).

No Brasil, os que hoje são reconhecidos como agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes denominações, de acordo com os estados da federação, origem étnica e capacidade produtiva, não havendo, na atualidade, uma homogeneidade de estruturas, produção e identidade cultural, mesmo em regiões próximas.

Ainda segundo Altafin (2007), as funções de preservação ambiental e sociocultural, legitimaram, na atualidade, a agricultura familiar, apesar de ainda se configurar como um tema de grande controvérsia. No geral, a agricultura é considerada uma das atividades que produz maior impacto sobre o meio ambiente e o modelo tecnológico adotado no País tem sido responsável pela produção de inúmeros efeitos negativos. Mas será que existe desenvolvimento sem impacto aos recursos naturais? Como resposta às indagações, o autor afirma:

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. Quando em situação de risco, o que pode ser representado pela escassez de terra frequente com a reprodução das famílias, a agricultura familiar pode vir a atuar de forma nociva ao meio ambiente. O que condiciona a realização de atividades mais impactantes sobre os recursos naturais não é, portanto, a natureza do trabalho familiar, mas a ausência de condições para sua reprodução. 'Quando o sistema se desestabiliza, a lógica de sobrevivência empurra o agricultor para exaurir aquele ambiente' (ALTAFIN, 2007 apud SOARES, 2002, p.5).

Quanto à função sociocultural, defende-se que a agricultura familiar resgata um modo de vida que associa: cultura, tradição e identidade. O aumento dos problemas enfrentados pelas populações de grandes cidades tem levado à busca de modos de vida mais saudáveis, à valorização por alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos, produtos produzidos de forma artesanal, com matéria prima com menor processamento industrial, além de um crescente desejo de um maior contato com a natureza. Essa tendência tem

resultado na valorização da tradição da agricultura familiar e no surgimento de diversas oportunidades de trabalho no meio rural (ALTAFIN, 2007).

Uma vez que é amplamente divulgado pelo Governo o impacto positivo e o empoderamento dos agricultores em práticas agroecológicas, de conservação do solo e preservação ambiental, pesquisou-se a partir de avaliações realizadas nos questionários aplicados, as principais práticas conservacionistas do solo e preservação ambiental dos beneficiários do Pronaf no município.

Tabela 1 - Principais práticas de conservação de solo e preservação ambiental.

Práticas de Conservação de Solo	%UPF	Práticas de Preservação Ambiental	% UPF
Destocamento	0,3 %	Conserva as árvores mais antigas	1,36%
Adubação com estrume	100%	Evita fazer queimadas	2,04%
Procura não deixar a vegetação rasteira "como mato sem produtividades"	1,36%	Não faz queimadas	2,38%
Capinação	0,68%	Faz manutenção das instalações	0,34%
Não faz uso excessivo do solo	2,04%	Preserva a mata verde	0,34%
Cuida para não haver erosão	0,68%	Evita a derrubada de árvores desnecessárias	1,7%
Deixa as folhas das árvores e resto das plantações para deterioração na superfície para virar matéria orgânica	1,02%	Cerca de pedra para evitar erosão	0,34%
Limpeza de solo	2,38%	Não faz fumaça	0,7%
Coloca resto de alimentos descartados	0,34%	Não deixa o lixo espalhado n terreno	0,3%
Manutenção nos roçados de milho e palma	0,34%	Faz reciclagem do lixo	0,3%
Mantêm o terreno descoberto e conservado	2,72%	Usa somente áreas já desmatadas	1,36%
Não usa o solo repetitivamente	1,02%	Deixa somente a área descoberta para produção	0,34%
Faz cobertura com folhas	0,34%	Preserva parte da área nativa	0,34%

Fonte: Pesquisa de Campo

Observa-se dentre as principais práticas relatadas: adubação com estrume de gado, limpeza do solo e a não utilização excessiva do solo. Todas não recomendadas pelos militantes agroecológico e orgânicos da atualidade. No que se refere às de preservação

ambiental relata-se a conservação de árvores mais antigas, não realizar queimadas e usar somente áreas já desmatadas para o plantio.

Evidenciou-se também que, apenas, um agricultor se considerava produtor orgânico, enquanto os demais afirmaram realizar a agricultura tradicional, e ainda, 100% não soube explicar a diferença entre as práticas orgânicas e as práticas agroecológicas, modelo de agricultura preconizado pelo Governo.

No que se refere aos aspectos de saneamento básico e fornecimento e abastecimento hídrico para consumo humano e animal, evidenciou-se basicamente através de carros pipa, poços semi-artesianos, rio, riachos e cisternas, conforme quadro abaixo:

Tabela 2 - Formas de abastecimento hídrico para consumo humano e animal

Consumo Humano	%UPF	Consumo Animal	% UPF
Carros-pipa	15%	Rio próximo	15,00%
Açude na propriedade	10%	Açude comunitário	8,00%
Cisterna	65%	Açude na propriedade	60,00%
Poço semi-artesiano	5%	Através de "carros de bois" em açudes comunitários	10,00%
Cacimba	5%	Barreiros e /ou tanques de pedras	7,00%

Fonte: Pesquisa de Campo

Nas visitas a campo verificou-se uma grande presença do Programa de Mobilização Social um Milhão de Cisternas Rurais (PIMC), sendo grande responsável pela captação e armazenamento das águas das chuvas no município. Segundo relato do mobilizador social do programa na região foi distribuído novecentas e quinze (915) cisternas aos agricultores familiares em Barra de Santana: “Distribuímos com a ajuda das associações comunitárias novecentas e quinze cisternas, e estamos na articulação de mais 500 (Josevânio da Silva- Nego do Mororó)”. – retirei o itálico.

Apesar do reconhecimento da importância e novas funções, não são poucos os desafios, notadamente, no semiárido nordestino onde prevalecem baixos indicadores socioeconômicos e um elevado processo de desertificação. A equalização da fórmula política pública em função das resoluções das vulnerabilidades sociais como ferramenta institucional compensatória mostra a complexidade do estudo das políticas públicas no contexto rural brasileiro.

Segundo Maia et al (2012, p. 197), na análise do perfil econômico nos territórios da cidadania do semiárido, revelou-se a importância da agricultura familiar para a economia da região. Nesse contexto, as dificuldades produtivas naturais, associadas a um contexto de pobreza e desigualdades sociais, indicam a relevância do Pronaf para promover a inserção produtiva da população mais carente, localizada no meio rural, entretanto, no município pesquisado avaliando-se a renda per capita obteve-se um valor médio de R\$ 262,00, variando de R\$ 105,00 a R\$ 495,00 reais, nas seguintes atividades: produção e comercialização de queijo artesanal, produzido em queijeiras sem controle e fiscalização sanitária; venda de leite, bovinos, caprinos e ovinos e em maior proporção suínos. Com relação aos canais de comercialização 100% dos entrevistados declararam vender ao mercado local através dos conhecidos atravessadores, residentes e domiciliados na região. Quando às rendas não agrícolas 79% dos entrevistados possuíam auxílio governamental através do programa bolsa família e / ou bolsa estiagem.

Como consequência desse processo, a valorização do desenvolvimento local, baseado em processos endógenos, ganha força com a agricultura familiar, tornando-se importante categoria para análise no âmbito do desenvolvimento rural, especialmente nos pequenos municípios Brasileiros.

A partir de dados oficiais divulgados pelo governo, censo agropecuário de 2006, foram identificados 4.3 milhões (4.367.902) estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 ha e a dos não familiares, de 309,18 ha (IBGE, 2010).

A Região Nordeste continha aproximadamente metade do total dos estabelecimentos familiares 2,1 milhões (2.187.295) e 35,3% da área total deles. Nela, os estabelecimentos familiares representaram 89% do total dos estabelecimentos e 37% da área total. A Região Sul abrigava 19,2% do total dos estabelecimentos familiares (849.997) e 16,3% da área total deles

A terceira região com maior número de estabelecimentos familiares foi a Sudeste, com 699.978 estabelecimentos, ou 16% do total. Eles ocupavam 12.789.019 ha, ou 15,9% do total da área ocupada por este tipo de estabelecimento no país. Nela, os estabelecimentos familiares representaram 76% do total de estabelecimentos e 24% do total da área.

As unidades da federação com maior número de estabelecimentos familiares foram Bahia (15,2%), Minas Gerais (10,0%), Rio Grande do Sul (8,7%) e Ceará (7,8%). As unidades familiares – UPFs, com maior área de estabelecimentos familiares foram Bahia (12,4%), Minas Gerais (11%) e Pará (8,6%). A área média dos estabelecimentos familiares segundo as Regiões variou de um mínimo de 13 ha no Nordeste a um máximo de 43,3 ha no Centro Oeste, sendo no Sul (15,4 ha) e no Norte (40,5 ha). Entre os estabelecimentos familiares, os Estados com menores áreas médias foram Distrito Federal (6,0 ha) e Alagoas (6,1 ha). As maiores áreas médias dos estabelecimentos familiares estavam em Roraima (71,6 ha) e Tocantins (62,8 ha).

A área média dos estabelecimentos não familiares segundo as Regiões variou de um mínimo de (177,2 ha) no Nordeste a um máximo de (944,3 ha) no Centro-Oeste. No Sul, esta área média alcançou (182,2 ha) e no Norte, (608,5 ha). Entre os estabelecimentos não familiares, as UPFs com maiores áreas médias foram o Mato Grosso (1.600,9 ha) e Mato Grosso do Sul (1.215 ha) e Amapá (1.119 ha).

A área média dos estabelecimentos não familiares segundo as Regiões variou de um mínimo de 177,2 ha no Nordeste a um máximo de 944,3 ha no Centro-Oeste. No Sul, esta área média alcançou 182,2 ha e no Norte, 608,5 ha. Entre os estabelecimentos não familiares, as UPFs com maiores áreas médias foram o Mato Grosso (1.600,9 ha), e Mato Grosso do Sul (1.215 ha) e Amapá (1.119 ha).

O Censo 2006 abrangeu 5.175.489 estabelecimentos, o que representou um crescimento de 6,5% sobre resultado em 95/95 (4.859.865 estabelecimentos). A área total em 2006 foi de 329,9 milhões de ha, o que representa um decréscimo sobre o mesmo resultado em 95/96 (353,6 milhões de ha). A diferença de 23,7 milhões de hectares corresponde a 6,7% da área do censo anterior.

Em 1985, a área total dos estabelecimentos foi de 374,9 milhões de hectares. Ou seja, os dados mostravam uma tendência declinante no número de estabelecimentos

agropecuários e da sua área total, considerando os seus diversos usos (lavouras, pastagens, matas e outros).

Em 1995/96, o estudo FAO/INCRA identificou 4.139.369 estabelecimentos familiares ocupando 107.768.450 ha no Brasil. Em 2006, tabulações especiais do IBGE seguindo este mesmo critério apontaram a existência de 4.551.967 estabelecimentos em 106.761.753 ha. Isto revela 412.598 novas unidades de produção, ou 10% a mais que na pesquisa anterior. A área ocupada, no entanto, diminuiu 1.006.697 ha, ou pouco menos de 1% no mesmo período (IBGE, 2006).

Em Barra de Santana obteve-se uma área média das propriedades visitadas de 31,1 ha, pronafianos V (variável) com predominância de mão de obra familiar e 65% das unidades familiares contratam mão de obra, com até três trabalhadores, informalmente, auferindo diárias de R\$ 25 a R\$ 40 reais, por contratos informais de emprego.

Quadro 2 - Participação da Agricultura Familiar no total de estabelecimentos e área.

REGIÃO	Estabelecimento AF/Total (%)		Área AF / Total (%)	
	2006	1995/96	2006	1995/96
Nordeste	93	88	47	44
Centro-Oeste	75	67	14	13
Norte	90	85	42	38
Sudeste	77	75	29	29
Sul	89	91	43	44
Brasil	88	85	32	31

Fonte: FAO/INCRA, censo 2006, adaptado pelo autor

A leitura do quadro 02 aponta a porcentagem da participação da agricultura familiar no total dos estabelecimentos brasileiros em todas as regiões, exceto a região Sul. A maior diferença ocorre no Centro-Oeste, com uma variação de 8 pontos percentuais – p.p. Os dados também indicam um crescimento relativo da área ocupada por estabelecimentos familiares no Brasil em todas as regiões, exceto na Sul. A maior diferença ocorre no Norte, com um aumento de 5 p.p.

Quanto ao gênero dos titulares nas unidades de produção familiares a pesquisa observou a predominância do sexo masculino, como primeiro titular das DAP's, corroborando com os entrevistados nas ocasiões das visitas às unidades de produção familiares (quadro 28 abaixo). A média de idade é 46 anos, todos os entrevistados em

idade economicamente ativa. Na sua grande maioria declararam-se “não brancos”, incluindo-se pretos, pardos e descendentes indígenas; estes últimos concentrados no sítio Cablocos, distante cerca de 25 Km do centro urbano do município.

Quadro 3 – Relação de gênero dos titulares nas DAPs nas unidades familiares visitadas.

Comunidade	Homens	Mulheres
Torres	17	3
Riachão	4	0
Serrinha	2	0
Salinas	2	0
São Luiz	2	0
Curimatã	2	1
Ovelhas	3	0
Mulungu	1	0
Pedras Pretas	1	0
Feijão	3	0
Caboclos	9	1
Rosa Branca	2	0
Luango	1	1
Pinhões	2	2
Salinas(baixo, Mangaios e cima)	7	0
Barriguda (I, II e III)	39	4

Fonte: Pesquisa de campo

A partir dos questionários aplicados constataram-se as seguintes condições moradia e bens: 100% das propriedades visitadas possuíam estrutura de alvenaria; 100% tinham televisão, antena parabólica, geladeira; 93% possuíam aparelho de DVD; 93,4% computadores; 53,3% aparelho celular e nenhum estabelecimento tinha telefone fixo. Destaca-se, ainda, que 93,3% dos entrevistados não possuíam micro-ondas.

Quanto aos meios de locomoção disponíveis, 73,3% deslocavam-se através de veículo automotivo, 26,6% apenas motocicleta e apenas um produtor com os dois meios disponíveis na propriedade, quadro resumo abaixo.

Tabela 3 - Porcentagem de Bens de consumo duráveis nas propriedades familiares (UPF%).

Bens de consumo duráveis	Possuem	Não Possuem
Televisão	100,0%	0,0%
Antena parabólica	100,0%	0,0%
Aparelho de DVD	93,4%	6,6%
Geladeira	100,0%	0,0%
Telefone fixo	0,0%	100,0%
Telefone celular	53,4%	46,6%
Computador	6,6%	93,4%
Carro	73,4%	26,6%
Moto	80,0%	20,0%
Microondas	6,6%	93,4%

Fonte: Pesquisa de Campo

Cabe destacar, ainda que dedutível, que 100% das propriedades possuíam energia elétrica em seus domicílios e áreas de produção, como currais e armazéns.

A partir das discussões apresentadas objetivou-se apresentar algumas vertentes de estudo da agricultura familiar, bem como, apresentação de dados empíricos de pesquisa, objetivando-se uma melhor caracterização da agricultura familiar no lócus de pesquisa, a partir do confronto de dados e correntes ideológicas, além de servir de base para desvelar a necessidade de pesquisas e estudos das diferentes regiões e cenários da agricultura familiar nordestina, tendo em vista a magnitude e peculiaridades ainda não desveladas.

CAPÍTULO II

2.1. Políticas públicas: definições e tipologias.

O campo do conhecimento das políticas públicas ressurgiu nas últimas décadas, e, dentre os principais fatores, estão à adoção de políticas restritivas de gastos, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países desenvolvidos e as novas visões sobre o papel dos governos a partir da substituição das políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos. Já nos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, em especial na América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar a questão de como desenhar políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social (SOUZA, 2006).

As nuances que envolvem o estudo das políticas públicas transpassam as barreiras disciplinares. As interações entre Estado, Sociedade, Atores Sociais e Instituições estão presentes nas análises da complexidade dos fenômenos sociais. Como disciplina acadêmica, o estudo das políticas públicas nasce nos Estados Unidos, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, como na Europa. Consideram-se como pioneiros no estudo, quatro autores: H. Laswell; H. Simon; C. Lindblom e D. Easton. O primeiro em (1936) introduziu a expressão “*policy analysis*”, como forma de conciliar conhecimento científico e acadêmico com produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesses e governos (SOUZA, 2006, p. 61).

Na década de 60, H. Simon introduziu nos estudos das políticas públicas, o conceito de “racionalidade limitada” dos formuladores de públicas (*policy maker*); limitação demarcada pela informação incompleta ou imperfeita, tempo para tomada de decisões e interesses dos formuladores. No entanto, essa restrição poderia ser minimizada pelo conhecimento racional, pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos), que enquadrem o comportamento dos atores sociais e modelem os comportamentos na direção de resultados desejados. Lindblom, nas décadas de 60 e 80, propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, como as relações de poder e a interação entre as diferentes fases do processo decisório, despertando a atenção para a

incorporação de outros elementos à sua formulação, como: papel das eleições, burocracias, partidos e grupos de interesses (SOUZA, 2006).

No atual estado das artes dos estudos sobre políticas públicas existe uma indefinição em relação ao conceito: suas variáveis e métodos de análises. Algumas definições fazem referências ao papel do Estado, ações dos governos, grupos de interesses, no entanto, elas possuem em comum a referência sobre o Governo.

A tipologia proposta por Ham e Hill (1993, p.18), indica sete variedades de análise de políticas públicas:

(a) Estudos do conteúdo da política (studies of policy content): nesta perspectiva os analistas procuram descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas particulares, investigando um ou mais casos a fim de determinar como uma política surgiu, como foi implementada e quais foram os resultados;

(b) Estudos do processo de elaboração de políticas (studies of policy process): a abordagem é dirigida aos estágios pelos quais passam as questões políticas e procura-se avaliar a influência de diferentes fatores no desenvolvimento da questão alvo de intervenção;

(c) Estudos de resultados de políticas (studies of policy outputs): procuram explicar porque os gastos ou de provisão de serviços variam entre diferentes áreas, estudos que tomam políticas como variáveis dependentes e tentam compreendê-las em termos de fatores sociais, econômicos, tecnológicos e outros. Os estudos de resultados têm recebido muita atenção nos Estados Unidos;

(d) Estudos de avaliação (evaluation studies): demarca a fronteira entre análise de políticas e análise *para a* política, também, chamados de estudos de impacto por se voltar para o impacto que as políticas exercem sobre a população;

(e) Estudos de informação para a elaboração de políticas (information for policy-making): neste caso, os dados são ordenados a fim de auxiliar os formuladores de política a tomarem decisões;

(f) Estudos da defesa de processos (process advocacy): variante da análise para a política na qual os analistas procuram melhorar a natureza dos sistemas de elaboração de políticas; e por fim,

(g) Estudos da defesa de políticas (policy advocacy): tratam da atividade que o analista desempenha ao pressionar pela adoção de opções e ideias específicas no processo de elaboração de políticas, seja individualmente, seja em associação com outros, frequentemente por intermédio de um grupo de pressão.

Em países considerados economicamente desenvolvidos as análises e avaliação de políticas públicas são amplamente praticadas e, ao longo dessas experiências, diversas propostas metodológicas e categorias de análises foram geradas por organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e, também, por instituições como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e o Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD).

No Brasil, nas últimas décadas, as análises de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamental. O interesse pela avaliação, também, tomou grande impulso com a modernização da Administração Pública (CUNHA, 2006, p. 21). No entanto, por mais que seja reconhecida a sua importância, não têm merecido a necessária atenção de modo a tornar-se tema da agenda política nacional (SILVA, 2011, p.1). No que se refere às análises com ênfase na eficácia e eficiência, pouco se tem realizado nos programas governamentais de desenvolvimento e combate às desigualdades sociais, quando sim, apenas abordando a relação custo/benefício e/ou impacto ao erário público.

Pesquisadores dos mais diversos ramos disciplinares (geografia, ciência política, ciências sociais, administração, direito, planejamento, economia, entre outras), na atualidade, vêm desenvolvendo pesquisas na área, contribuindo de forma decisiva para o seu crescimento e consolidação enquanto disciplina acadêmica.

Por mais que se possa classificar a presente pesquisa nos estudos de resultados de políticas (studies of policy outputs), seu caráter empírico de avaliação do Pronaf considera a importância da institucionalização de sistemas e métodos de avaliação das políticas públicas de caráter redistributivo, mas, também, seu viés social enquanto política pública de compensação social.

A constituição federal de 1988 redesenhou, institucionalmente, o Estado ao introduzir novos instrumentos de gestão social das políticas públicas, como os conselhos

gestores ou conselhos de políticas públicas nas diversas esferas do poder. Segundo Oliveira (2009), ao condicionar o repasse de recursos de políticas públicas, a União, promove o fortalecimento da cidadania e a participação da comunidade, por ampliar o número de atores com conhecimento sobre as regras e condicionantes das políticas públicas, além de qualificá-las quando incorpora as sugestões e críticas dos atores sociais, tornando a gestão compartilhada uma democracia representativa.

Para Silva e Marques (2009), a implantação do Pronaf, no campo do desenvolvimento rural, concorreu para ebulição do debate sobre a participação social e a descoberta do local como ambiente privilegiado para a democratização e atuação de diversos atores sociais.

Na pesquisa observou-se no ambiente de operacionalização do Pronaf uma tímida participação dos órgãos representativos de classes no município restringindo-se apenas à emissão de DAP's e a divulgação. A coordenação, condução e centralização do processo são realizadas pela Emater (PB), órgão governamental que dita os processos de elaboração e encaminhamento dos projetos.

No âmbito da gestão pública brasileira, os estudos sobre políticas públicas tornam-se elementos centrais de uma reforma estrutural e política. A ideia do local se mostra como mecanismo político e social propício à reflexão sobre uma necessária de se considerar as peculiaridades regionais nas formulações das políticas públicas e, ao mesmo tempo, os condicionantes sociais e culturais determinantes dos resultados.

Na mesma direção, a professora Maria das Graças Ruas, fornece elementos para compreensão da relação entre diversidade social e políticas públicas:

As sociedades modernas têm, como principal característica, a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados [...] como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e frequentemente envolva conflito: de opinião, de interesses, de valores, etc. (RUAS, 2009, p. 4).

A consideração desses fatores e das dinâmicas mercadológicas nas análises do ciclo das políticas públicas é de extrema importância, tendo em vista as peculiaridades e os padrões regionais decorrentes das noções de desenvolvimento institucionalizado pelas sociedades.

2.2. O Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar: evolução, fontes de recursos e linhas de crédito.

Atribui-se ao projeto FAO-INCRA os fundamentos embrionários do Pronaf, cuja primeira versão foi elaborada em 1994, sendo, na ocasião, mapeado o potencial e dimensão da agricultura familiar no Brasil. De acordo com esse estudo, foi constatado que aproximadamente 75% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil tinham características de produção familiar e, cerca de 60% do pessoal ocupado, além de 28% do valor total da produção agropecuária. A pesquisa mostrava a importância da agricultura familiar na geração e manutenção do emprego no campo. Ao mesmo tempo, a pesquisa FAO/INCRA (1994) detectou que do total de estabelecimentos que tiveram acesso aos programas de financiamento, apenas 44% (aproximadamente 11% do valor total financiado pelas fontes formais de recursos à época) eram direcionados a agricultores familiares.

Para fins de caracterização do termo “agricultura familiar”, à época, foi-se estipulados critérios de definição dos tipos de agricultores: familiar e patronal. No que tange ao primeiro critério, para a caracterização de agricultor familiar, foram consideradas os seguintes aspectos: (I) a gestão da unidade administrativa e os investimentos realizados devem ser conduzidos por indivíduos que tivessem laços de sangue ou de casamento; (II) a maior parte do trabalho familiar deveria ser executada por membros da família; (III) a propriedade e os meios de produção pertenceriam à família e a ela seria transmitida a posse da terra e dos bens em caso de falecimento (FAO-INCRA, 1994).

Outra definição de estabelecimento familiar indica que: (I) o produtor deveria dirigir os seus trabalhos na unidade produtiva; (II) não poderia haver despesas com serviços de empreitadas; (III) não poderia haver empregados permanentes e o número médio de empregados temporários deveria ser menor ou igual a quatro (ou então, poderia haver um empregado permanente, se o número médio de empregados temporários fosse menor ou igual a três); (IV) a área total do estabelecimento deveria ser menor ou igual a 500 hectares nas regiões Sul e Sudeste, ou menor ou igual a 1.000 hectares nas demais regiões.(MDA, 2010)

Quanto à metodologia para a definição dos beneficiários do programa estabeleceria-se o cálculo da renda monetária bruta (RMB), ou seja, pelo cálculo da média e mediana para as microrregiões geográficas e unidades de federação, de modo que existisse sempre um estrato inferior constituído pelos 50% mais pobres chegando a três grupos A, B e C. O

outro estrato seria composto pelos estabelecimentos com RMB superior à média e, finalmente, um estrato intermediário, entre a média e a mediana. Com esta metodologia, pretendia-se minimizar os efeitos das distorções decorrentes das diversidades econômicas entre as regiões (CABRAL, 2001, p. 46).

Com base nas constatações desses estudos, a classificação se fundamentou em critérios econômicos, pelos quais foram definidos os diferentes estratos. Após essa classificação, foi indicado que as políticas públicas deveriam voltar-se na tentativa de inserção dos agricultores categorizados em estratos de maior renda bruta, enquanto que aqueles vinculados ao estrato de menor renda bruta deveriam ser contemplados por políticas agrárias específicas e compensatórias. Nesta perspectiva, a grande maioria dos agricultores familiares se localizava nos últimos dois estratos, classificados, pelo estudo, como inviáveis economicamente em relação à infraestrutura disponível e com a ocupação de menor área. Os argumentos que acompanharam a pesquisa FAO/INCRA são os seguintes: a agricultura familiar tem um potencial produtivo maior do que realmente se observava e a ampliação do acesso ao crédito poderia ser um fator essencial para estimular o desenvolvimento desse segmento. Nesse sentido, ao indicar que os recursos das políticas públicas deveriam centrar-se no agricultor familiar passível de consolidação, a ideia era de que este grupo deveria ser estimulado a desenvolver iniciativas consistentes de geração de renda, mesmo nas áreas não densamente povoadas (SILVA, 2006).

O apoio ao grupo “em transição” também se revelava importante para a inserção destes agricultores no mercado, tendo em vista que a expansão da produção capitalista pressionava, continuamente, as pequenas propriedades familiares a se adequar ao padrão técnico de produção vigente.

Apesar das críticas à primeira versão da pesquisa FAO/ INCRA (1994), uma atualização do mesmo projeto foi elaborada em 2002. Além de novos levantamentos, foi realizada uma depuração dos outros trabalhos, com a finalidade de estabelecer critérios relativos às relações sociais de produção. Nesse trabalho, uma nova abordagem do termo agricultura foi consolidada, ou seja, foram minimizados critérios como o tamanho da área e o valor da produção, no sentido de dissociar a pequena propriedade da reduzida renda. Essa nova versão do estudo FAO/ INCRA buscou adotar uma tipologia baseada na classificação dos produtores a partir das condições básicas do processo de produção, na tentativa de

explicar as reações e dar respostas às variáveis externas, bem como à apropriação da natureza.

Contata-se que há um grande percurso já percorrido em normatizações e aprimoramentos na dinâmica de evolução do Pronaf como política pública voltada à agricultura familiar no país, e, transcorridos dezessete anos de sua institucionalização⁷ (1996), o Pronaf, ainda que recém-criado, cresce ano a ano e é considerado um marco em dois sentidos: legitima a categoria social dos agricultores familiares, passível agora de atenção das políticas públicas governamentais; e por constituir-se como a primeira política pública de abrangência nacional, voltada aos agricultores considerados à margem dos processos produtivos e da competitividade do mercado, além de disponibilizar serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER (SCHNEIDER, 2009).

Por mais que ainda não exista uma relativa estabilidade no país, quanto ao direcionamento das políticas de desenvolvimento rural, e não efetivadas mudanças imediatas nos anos iniciais do Programa, o programa se solidifica como principal instrumento da estratégia de desenvolvimento para o meio rural do governo brasileiro.

Atualmente o Programa tem como diretrizes gerais: a gestão social, o exercício da participação, compatibilizando seus propósitos e os interesses dos beneficiários com a política agrícola e ou prioridades do Estado e do Município. Pronaf propõem-se a construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado, segundo o discurso governamental (LIMA, 2001, p.1).

Quatro objetivos específicos complementam as diretrizes do programa: (a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; (b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; (c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social e (d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (MDA, 2012, p. 3).

Do ponto de vista operacional, o programa apresenta, atualmente, dezessete linhas de crédito, conforme quadro abaixo (MDA, 2013).

⁷ O decreto nº 1.946/1996 institui o PRONAF com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (MDA, 2013).

Quadro 4 – Linhas de Financiamento de crédito do Pronaf

LINHAS DE CRÉDITO	DESCRIÇÃO
(a) Custeio	Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros, para os agricultores familiares enquadrados no programa;
(b) Investimento (Mais Alimentos)	Linha específica para financiamento de propostas ou projetos de investimento para produção associados a açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura;
(c) Microcrédito rural	Linha de financiamentos de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários observados as propostas ou planos simples específicos, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não agropecuárias como, por exemplo, o turismo rural, a produção de artesanato ou outras atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural;
(d) Agroecologia	Investimento para produção Agroecológica em sistemas agroecológicos de produção, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ou sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
(e) Mulher	Tendo por beneficiárias mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas como agriculturas familiares independente de sua condição civil, tem por finalidade o atendimento de propostas de crédito de mulheres agricultoras, conforme projeto técnico ou proposta simplificada;
(f) Eco	Linha de crédito para investimento em energia renovável e sustentabilidade ambiental, tendo por finalidade implantar, utilizar e/ou recuperar tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, mini usinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas; tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; armazenamento hídrico, como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição, instalação, ligação e utilização de água; pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; silvicultura, entendendo-se por silvicultura o ato de implantar ou manter povoamentos florestais geradores de diferentes produtos, madeireiros e não madeireiros; adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo;
(g) Eco Dendê e Seringueira	Destinados a projetos de investimento para as culturas do dendê ou da seringueira ou custeio associado para a manutenção da cultura até o quarto ano;
(h) Agroindústria	Custeio do beneficiamento e industrialização da produção, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos; formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização; adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem, conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado e a aquisição de insumos pela cooperativa de produção de agricultores familiares para fornecimento aos cooperados;
(i) Semiárido	Financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e

	serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida;
(j) Jovem:	Beneficia jovens que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino; tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou que tenham orientação e o acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira; tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO);
(l) Floresta	Projetos técnicos que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) referentes a sistemas agroflorestais em exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécie florestal, nativa do bioma;
(m) Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos; formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;
(n) Cota-parte	Financiamento da integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados à cooperativa de produção, destinados à aplicação em capital de giro, custeio ou investimento;
(o) Investimento e Custeio para a Reforma Agrária	Os créditos tratados neste item são destinados exclusivamente às famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) enquadradas nos Grupos "A" e "A/C" do PRONAF

Fonte: MDA, 2013.

Na atualidade, o Pronaf em substituição ao seis grupos anteriores (A, B, C, A/C, D, E), possui apenas três grupos A⁸, B⁹ e Genérico (V)¹⁰, que comprovam o enquadramento representados pela DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

No que se refere ao acesso ao Pronaf o MDA estabelece as seguintes regras baseadas na adoção de critérios, quais sejam: (a) Limites de renda, de acordo com a renda bruta anual obtida no estabelecimento familiar, subdividindo-se em três classes:

⁸ Assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF

⁹ Beneficiários cuja renda bruta familiar anual seja inferior a R\$ 20.000,00 e que não contratem trabalho assalariado permanente.

¹⁰ Grupo Variável de acesso ao crédito do Pronaf, conhecido como Pronafianos V.

Pronafianos A, para os assentados da reforma agrária; Pronafianos B (com renda até 10.000 anuais), Pronafianos V (com renda variando entre R\$ 10.000,00, até R\$ 160.000,00) e (b) renda familiar advir 50% da exploração agropecuária; (c) Enquadramento de propriedades de tamanho não superior a quatro módulos fiscais; (d) Previsão da possibilidade de contratação de empregados temporários e/ou possuírem até dois empregados permanentes.

A qualificação do produtor rural como agricultor familiar é oficializada com a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, documento que atesta a condição de agricultor familiar, e é fornecido pelos órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural e alguns sindicatos credenciados pelo MDA. Além da DAP, que determina a categoria de acesso ao crédito, algumas modalidades de crédito requerem garantias reais para obtenção dos financiamentos, limitados ao potencial de produção e capacidade de pagamento do beneficiário (MDA, 2012).

O quadro abaixo apresenta as referidas linhas de crédito, suas faixas de enquadramento e juros aplicados nas operações.

Quadro 4 - Resumo das linhas de crédito do PRONAF 2012/2013.

Linhas e Grupos	Faixa I	Faixa II	Faixa III
Pronaf Custeio	Até R\$ 10 mil Juros de 1,5% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil Juros de 3% a.a.	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 80 mil Juros de 4% a.a.
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Até R\$ 10 mil Juro de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil Juros de 2% a.a.	
Microcrédito Rural	Investimento: Até R\$ 2,5 mil por operação. Juro de 0,5% a.a., Bônus de adimplência de 25% até os primeiros R\$ 7,5 mil. Custeio: nas condições estabelecidas no MCR 10.4.2.		
Pronaf Agroecologia	Até R\$ 10 mil Juro de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil, juros de 2% a.a.	
Pronaf Mulher	Até R\$ 2,5 mil Juro de 0,5% a.a. Para os grupos A, A/C e B.	Até R\$ 10 mil, juro de 1% a.a. Mais de R\$ 10 mil e até R\$ 130 mil, juros de 2% a.a. Para o grupo V	
Pronaf ECO	Até R\$ 10 mil Juro de 1% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 130 mil Juros de 2% a.a.	
Pronaf ECO Dendê	Até R\$ 10 mil, juro de 1% ao ano Acima de R\$ 10 mil e até R\$ 80 mil por mutuário, juros de R\$ 2% a.a.		
Pronaf ECO Seringueira	Até R\$ 15 mil/ha; Até R\$ 80 mil por mutuário, juros de R\$ 2% a.a.		
Pronaf Agroindústria	Individual até R\$ 130 mil; Cooperativas e associações até R\$ 1 milhão, respeitando o limite individual de até R\$ 10 mil. Juro de 1% a.a.	Individual acima de R\$ 10 mil e até R\$ 130 mil; Cooperativas e associações acima de R\$ 1 milhão e até R\$ 30 milhões, respeitando o limite individual de até R\$ 40 mil. Juros de 2% a.a.	
Pronaf Semiárido	Até R\$ 18 mil, juro de 1% a.a.		
Pronaf Jovem	Até R\$ 15 mil, juro de 1% a.a.		
Pronaf Floresta	Até R\$ 35 mil, juro de 1% a.a.		
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Individual até R\$ 10 mil; Empreendimento familiar rural - até R\$ 210 mil; Associações - até R\$ 4 milhões Cooperativas até R\$ 10 milhões e Cooperativas Centrais - R\$ 30 milhões. Juros de 4% a.a.		
Pronaf Cota-Parte	Individual: até R\$ 20 mil; Cooperativa - até R\$ 20 milhões; Juros 4% a.a.		
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Até R\$ 20 mil, mais R\$ 1.5 mil para ATER. Juro 0,5% a.a. Bônus de adimplência de 44,186%.		
Pronaf Custeio para a Reforma Agrária	Até R\$ 5 mil por operação; até 3 operações; juros 1,5% a.a.		

Fonte: MDA, 2014.

Os recursos utilizados nos financiamentos do Pronaf são provenientes de diversas fontes: Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-DE), Recursos Obrigatórios (ou MCR 6.2), Fundos Constitucionais (FCs), Poupança Rural, Orçamento Geral da União (OGU) e Recursos Próprios Equalizáveis (RPE). Cabe destacar que algumas delas possuem taxas de juros de captação superiores àquelas vigentes nos financiamentos do programa. A destinação de recursos dessas fontes para o programa só se torna factível, portanto, quando o Tesouro Nacional realiza a equalização de encargos financeiros, isto é, arca com as despesas relativas à diferença entre os custos decorrentes do uso desses recursos (que envolvem os custos de captação, administrativos e tributários) e a rentabilidade oferecida pelas Linhas do Pronaf. A equalização é autorizada por meio de portarias do Ministério da Fazenda (MF), normalmente emitidas no início de cada ano-safra, tais portarias definem tetos para o valor financiado passível de equalização (por fonte e instituição financeira). Em geral, o montante de recursos das fontes equalizáveis a ser efetivamente utilizado no Pronaf é próximo do valor máximo passível de equalização (BNDES, 2011).

Quadro 5 - Fontes de recursos do Pronaf.

FONTES DE RECURSOS	DESCRIÇÃO
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-DE)	Depósitos Especiais são alocados em bancos públicos federais quando há recursos do FAT disponíveis após o empréstimo obrigatório ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. O Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) deve decidir, dentre os diversos Programas que podem contar com recursos do FAT-DE, o montante a ser destinado ao Pronaf. O valor decidido pelo Codefat é, então, alocado, na forma de Depósitos Especiais, no BNDES, Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa), que devem obrigatoriamente destinar os recursos a financiamentos do Pronaf. Como a taxa de juros paga por esses bancos ao FAT – a TJLP3 – é, em geral, superior àquela praticada nos financiamentos do PRONAF, os recursos do FAT-DE destinados ao PRONAF têm sido equalizados pelo Tesouro Nacional.
Recursos Obrigatórios (MCR 6.2).	O crédito rural está sujeito a regras específicas, introduzidas pela Lei nº 4.829, de 1965. Uma delas determina que as instituições financeiras mantenham aplicado em operações de crédito rural um percentual do valor de seus depósitos à vista (no Ano-Safra 2010/2011 esse percentual foi de 29%). Os recursos destinados ao crédito rural em função dessa exigibilidade são chamados de Recursos Obrigatórios ou MCR 6.2, por estarem definidos na seção 6.2 do Manual de Crédito Rural (MCR). Os depósitos à vista não são remunerados, não havendo equalização dos Recursos Obrigatórios utilizados no PRONAF.

Fundos Constitucionais (FC's)	<p>Os recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) são repassados aos respectivos bancos operadores, que os utilizam em financiamentos ao setor produtivo da região a que pertencem. Com base nas diretrizes do Ministério da Integração Nacional, os bancos operadores elaboram as programações anuais de financiamento, estabelecendo o montante de recursos a ser destinado ao Pronaf. Os bancos operadores não possuem custos de captação dos recursos dos FC's e, ainda, recebem uma remuneração, debitada do respectivo Fundo, para cobrir os custos de operacionalização do Pronaf. Por isso, os recursos dos FC's utilizados no PRONAF não são equalizados pelo Tesouro Nacional.</p>
Poupança Rural	<p>A Caderneta de Poupança Rural é uma modalidade de depósito de poupança à qual se aplica a exigibilidade de que um percentual dos recursos captados esteja aplicado em operações de crédito rural. No Ano-Safra 2010/2011, aproximadamente 69% do valor dos depósitos de Poupança Rural foram aplicados em operações de crédito rural, mas não há a exigibilidade de que uma parte desses recursos seja destinada especificamente a financiamentos do Pronaf. Em 2010-2011, como a remuneração da Poupança Rural estava – 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) – à época era superior às taxas de juros vigentes nas Linhas do Pronaf, os recursos da Poupança Rural, destinados ao programa, foram naturalmente equalizados.</p>
Orçamento Geral da União (OGU)	<p>O Tesouro Nacional é uma fonte de recursos do Pronaf quando utiliza para os financiamentos do Programa recursos do OGU inscritos na rubrica “Operações Oficiais de Crédito”. Os recursos são repassados a bancos públicos federais – BB, BNB e Basa – para serem destinados a financiamentos sob amparo do Pronaf. Após as prestações serem pagas pelo mutuário, o banco repassa os recursos novamente ao Tesouro Nacional. O risco das operações pode ser assumido pela União ou pelo banco, dependendo da Linha do Pronaf. Ao repassarem os recursos do OGU para o Pronaf, BB, BNB e Basa exercem um papel similar ao que desempenham como operadores de Fundos Constitucionais: não possuem custos de captação e recebem uma remuneração pelo serviço de concessão de financiamentos que realizam. Não há, portanto, equalização de recursos do OGU.</p>
Recursos Próprios Equalizáveis (RPE)	<p>Não é comum que os bancos utilizem seus recursos próprios em financiamentos do Pronaf porque, em geral, esses recursos não são equalizados. A partir de 1999, foi aberta uma exceção para os bancos cooperativos, cujos recursos próprios destinados ao PRONAF passaram a ser equalizados. Na verdade, apenas dois bancos cooperativos têm sido contemplados com a equalização de recursos próprios: Bansicredi e Bancoob.</p>

Fonte: BNDES, 2011.

A equalização visa cobrir não só apenas o diferencial entre a taxa de juros de captação e os juros praticados nas Linhas do Pronaf, mas também os custos administrativos e tributários incorridos pelas instituições financeiras ao concederem financiamentos no

âmbito do referido Programa. O valor da equalização devida pelo Tesouro Nacional é calculado por meio de fórmulas definidas pelo Ministério da Fazenda (MF).

São três as variáveis principais dessas fórmulas: (i) a taxa de juros da Linha do Pronaf; (ii) a taxa de juros de captação dos recursos pela instituição financeira; e (iii) spreads destinados a cobrir os custos administrativos e tributários incorridos pela instituição financeira nas operações do Pronaf.

Segundo Maia et al (2001, p. 9), as diferenças significativas entre instituições financeiras operadoras do programa, tendo em vista o valor da equalização de um financiamento dependendo da fonte de recurso, deriva da trajetória da taxa de juros de captação (TJLP, rendimento da Poupança Rural ou Taxa Selic) durante todo o período de reembolso.

Observando-se as fontes de recursos do Pronaf constatou-se que no ano de 2010, no Nordeste, em operações de custeio agrícola, totalizou-se 61.237 contratos, onde foram disponibilizados R\$ 259 milhões, de acordo com as seguintes subdivisões de fontes de recursos:

Quadro 5 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio agrícola (2010).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	6.555	31.589.179,34
MCR 6.2	2.356	15.205.405,98
P. RURAL	52.188	212.038.947,08
RTN	138	359.059,06

Fonte: BACEN, 2010. Adaptado pelo autor.

Já para as operações de custeio pecuário, em 2010, constatou-se 92.488 contratos com R\$ 356 milhões, disponibilizados, pelas seguintes fontes de recursos:

Quadro 6 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio pecuário (2010).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	11.667	18.570.034,89
MCR 6.2	889	5.162.278,82
P. RURAL	18.682	73.183.479,93
RTN	13	28.855,50

Fonte: BACEN, 2010. Adaptado pelo autor.

Para as operações de investimentos agrícolas observou-se um total 105.223 contratos, com R\$ 327 milhões, com as seguintes participações das fontes de recursos destinadas ao Pronaf:

Quadro 7 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento agrícola (2010)

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	98.436	274.951.368,55
MCR 6.2	378	6.421.763,14
P. RURAL	2.575	40.609.675,89
RTN	3.834	5.686.339,76

Fonte: BACEN, 2010. Adaptado pelo autor.

Para os investimentos pecuários, em 2010, foram 445.452 contratos, totalizando R\$ 47,00 milhões, discriminados da seguinte forma:

Quadro 8 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento pecuário (2010).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FAT	10	293.838,50
FNE	408.191	679.673.296,66
MCR 6.2	3.484	21.552.935,85
P. RURAL	20.535	127.230.417,80
RTN	13.232	19.137.617,79

Fonte: BACEN, 2010. Elaborado pelo autor.

No ano seguinte (2011), as operações de custeio agrícola, dividiram-se entre as seguintes fontes de recursos:

Quadro 9 - Participação das fontes de recursos no Pronaf (2011).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	7.410	45.476.458,34
MCR 6.2	24	5.753.981,66
P. RURAL	36.923	175.293.934,60
RTN	28	99.718,21

Fonte: BACEN, 2011. Adaptado pelo autor.

Quanto ao custeio pecuário, foram 30.181 contratos, com um montante de recursos de 102 milhões, nas seguintes fontes de recursos:

Quadro 10 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio pecuário (2011).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	438.838	824.997.618,06
MCR 6.2	5	108.047,00
P. RURAL	19.909	167.002.527,64
RTN	8.411	13.747.286,93

Fonte: BACEN, 2011, Adaptado pelo autor.

Referente às fontes de recursos nos investimentos agrícolas, constatou-se R\$ 69 milhões em operações de crédito, conforme quadro abaixo:

Quadro 11 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento agrícola (2011).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FAT	1	99.900,00
FNE	104.691	311.949.921,52
P. RURAL	2.158	33.528.739,59
RTN	2.405	3.827.745,33

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor.

Com relação aos investimentos pecuários, foram 467.163 contratos com R\$ 1 bilhão (R\$ 1.005.855.479,63) de operações, distribuídos de acordo com as fontes de recursos abaixo demonstradas:

Quadro 12 - Participação das fontes de recursos no Pronaf investimento pecuário (2011).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	14.335	28.278.670,13
MCR 6.2	1	10.001,00
P. RURAL	15.817	73.786.776,12
RTN	28	81.974,30

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor.

No ano de 2012 observou-se a seguinte dinâmica dos recursos para custeio agrícola: 36.934 contratos, totalizando R\$ 206 milhões, disponibilizados nas seguintes fontes de recursos:

Quadro 13 - Participação das fontes de recursos no Pronaf custeio agrícola (2012).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	5.433	38.164.925,84
MCR 6.2	145	2.495.210,24
P. RURAL	31.329	165.973.469,38
RTN	27	66.088,43

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

As operações de custeio pecuário obedeceram à seguinte dinâmica, foram: 41.574 contratos e R\$ 187.00 milhões de reais disponibilizados na região nordeste nesse período.

Quadro 14 - Participação das fontes de recursos no PRONAF no custeio pecuário (2012).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	29.272	106.667.807,29
MCR 6.2	3	2.026.000,00
P. RURAL	12.294	78.559.146,59
RTN	5	15.899,10

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

Quanto às operações de investimento agrícola em 2012, foram: 241.219 contratos com R\$ 788 milhões de reais disponibilizados.

Quadro 15 - Participação das fontes de recursos no PRONAF investimento agrícola (2012)

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FAT	154	1.939.774,46
FNE	235.080	736.831.868,22
IHCD	1.955	26.299.349,60
MCR 6.2	12	205.534,76
P. RURAL	1.389	18.338.516,80
RTN	2.629	4.982.004,66

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

Em relação aos investimentos pecuários, foram: 506.889 contratos com mais de R\$ 1,2 bilhões disponibilizados.

Quadro 16 - Participação das fontes de recursos no PRONAF investimento pecuário (2012).

FONTE DE RECURSO	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
FNE	478.127	988.955.925,37
IHCD	13.216	117.853.290,79
MCR 6.2	27	642.448,14
P. RURAL	10.167	87.121.509,62
RTN	5.352	10.300.930,20

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

A partir dos dados apresentados observa-se que o maior volume de recursos disponibilizados pelo Pronaf advém do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e em seguida pela poupança rural. Os Fundos Constitucionais foram criados em 1989: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) e constituem um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades intrínsecas à política nacional de desenvolvimento regional (PNDR) instituída pelo Decreto nº 6.047 de 2007. Esses recursos destinados ao crescimento econômico e desenvolvimento regional são gerenciados pelo Ministério da Integração Nacional, sendo os financiamentos concedidos por meio das instituições financeiras federais (Banco do Nordeste do Brasil-BNB, Banco da Amazônia-BASA e Banco do Brasil-BB). O FNE destina 1,8% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) e do próprio retorno dos empréstimos. Os recursos dos Fundos Constitucionais são destinados ao financiamento das atividades produtivas nas regiões onde atuam tendo como objetivo o desenvolvimento econômico e social das três macrorregiões menos desenvolvidas do país, por meio de empréstimos a taxas de juros subsidiados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos da Região Nordeste. Entre 2004 e 2010, o FNE empregou cerca de R\$ 50,3 bilhões e este total representa 13,5% do PIB do Nordeste de 2004 (RESENDE, 2013).

Destaca-se que a política de arrecadação tributária é a base dos fundos constitucionais e o Pronaf constitui-se como um programa altamente subsidiado com dotações orçamentárias consideráveis e poucas avaliações no âmbito do Governo Federal.

Quanto aos custos de produção das produções familiares, têm demonstrado que os baixos custos de produção, propiciado pela agricultura familiar moderna, não se devem, necessariamente, a uma maior eficiência produtiva ou a uma maior produtividade, da

mesma maneira que não se podem atribuir esses baixos custos à "irracionalidade econômica camponesa". Tanto em um caso, quanto em outro, estes baixos custos se devem também a situação de proprietário-trabalhador e trabalhador por conta própria, pequenos na ordem competitiva. Os custos são baixos porque são pequenos em mercados imperfeitos e, como tal, têm um espaço social e econômico de integração restringido (CARNEIRO apud MOREIRA, 1997).

Ainda que seja amplamente divulgada, pelo Governo Federal, uma agricultura de base familiar, a pesquisa em seu lócus de atuação não identificou integrantes, das unidades de produção familiar, estritamente voltado somente à agricultura, em todas as unidades de produção familiares parte dos componentes, geralmente os mais jovens, acessavam outras fontes de renda no custeio dos lares e lazer, além de um grande índice de famílias sobrevivendo da aposentadoria rural dos integrantes mais idosos.

Observa-se, a partir da pesquisa realizada em campo que 100% dos agricultores entrevistados possuem baixo grau de instrução. No que se refere ao número de residentes por domicílio nas unidades de produção familiares observou-se uma média de 3 ocupantes por lar, conforme tabela abaixo:

Tabela 4 - Média de residentes por UPF/agricultura familiar.

Comunidade	Nº UPF	Nº de ocupantes no lar
Torres	20	3
Riachão	4	15
Serrinha	1	4
Salinas	3	10
São Luiz	1	1
Curimatã	2	4
Ovelhas	3	16
Mulungu	1	2
Pedras Pretas	2	8
Feijão	3	18
Caboclos	10	37
Rosa Branca	6	0
Luango	1	24
Pinhões	2	8
Salinas(baixo,Mangaios e cima)	3	10
Barriguda (I, II e III)	42	141
TOTAL:	104	301
MÉDIA:	3 RESIDENTES POR LAR	

Fonte: Dados da Pesquisa

A seguir prossegue-se com a discussão e apresentação de dados referentes ao orçamento do Pronaf correlacionando-os com dados da pesquisa documental.

2.3. Cenário do Pronaf no Estado da Paraíba

Recentemente em 2014, foi divulgado o plano-safra do semiárido, que prevê investimentos de R\$ 300 milhões em crédito para custeio, investimento e comercialização dos agricultores no Estado da Paraíba, totalizando no país, segundo dados do Governo Federal, R\$ 22,3 bilhões, e apresentando as seguintes proposições para a agricultura familiar:

- A ampliação da capacidade de investimento; proteção (mudanças climáticas e preços) e melhoria da renda;
- Incremento da produtividade e articulação de políticas públicas de Ater;
- Organização econômica e acesso aos mercados;
- Sustentabilidade na agricultura familiar: sistemas produtivos;
- Políticas para a juventude rural.

Esses 22,3 bilhões subdividem-se entre as seguintes políticas públicas: crédito Pronaf : R\$ 18 bilhões; Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): R\$ 480 milhões mais R\$ 5 bilhões em produção segurada (programa Garantia-Safra): R\$ 411,8 milhões; programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): R\$ 90 milhões; PAA – R\$ 1,2 bilhão em compras da agricultura familiar (MDA: R\$ 148 milhões + MDS: R\$ 1,08 bilhão); PNAE – R\$ 1,1 bilhão em compras da agricultura familiar (FNDE); Assistência Técnica e Extensão Rural: R\$ 542 milhões; programa de Garantia de Preço Mínimo – (PGPM): R\$ 347 milhões; fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil sem Miséria: R\$ 81 milhões (MDA, 2013).

Em relação às linhas de crédito do Pronaf, recentemente o governo federal, no vigente plano safra 2012/2013, disponibilizou 18 milhões e procurou estabelecer o apoio financeiro para ampliação do crédito aos agricultores de menor renda; aumentando o limite de enquadramento para o grupo B (renda bruta anual do agricultor para acesso à linha de crédito de R\$6 mil para R\$10 mil), permitindo aos agricultores, deste grupo, contratar financiamento de custeio e ter acesso ao seguro da agricultura familiar (SEAF), ao

programa de garantia de preços da agricultura familiar (PGPAF) e contratar operações do PRONAF até R\$ 15 mil.

Para os Pronafianos do grupo variável (Grupo V), teve-se aumento nos limites de investimento, com a ampliação do limite do financiamento de custeio do crédito PRONAF de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil. Para as cooperativas verificou-se a ampliação dos limites de financiamento para investimento, de R\$ 10 milhões para R\$ 30 milhões, e o de custeio de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão; já para as agroindústrias familiares, houve a ampliação de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil.

Totalizando cerca de 900 milhões, entre custeios e investimentos, desde a sua criação, diversos agricultores vem sendo beneficiados na Paraíba, o que sem dúvidas representa um grande impacto socioeconômico no Estado, pois, representando apenas 0,8 % do PIB nacional, o estado paraibano está entre os dez menos capitalizados do país (IBGE, 2010).

A cada ano, no mês de julho, divulgam-se pelo Governo Federal os planos-safras¹¹. A partir dos dados do período de 1999 – 2012 (tabela 01, abaixo), observa-se uma oscilação no repasse de recursos do Pronaf para o Estado da Paraíba, em um total de aproximadamente R\$ 873 Milhões, entre operações de custeio e investimento, em treze anos de sua operacionalização.

¹¹ Com vigência sempre do início de julho de um ano até o final de julho do ano seguinte, o plano safra agrícola e pecuário (PAP), nomenclatura técnica do plano-safra, contém a síntese das diretrizes da política agrícola e contém as definições sobre o crédito rural, subvenção para o seguro rural e mecanismos de apoio à comercialização (MDA, 2013).

Tabela 5 - Volume de recursos do PRONAF destinados à Paraíba entre 1999 e 2012.

ANOS	CUSTEIO	INVESTIMENTO
1999	R\$ 5.572.049,49	R\$ 15.633.935,89
2000	R\$ 9.297.006,71	R\$ 2.766.416,62
2001	R\$ 4.894.843,66	R\$ 10.517.265,45
2002	R\$ 741.428,64	R\$ 6.295.633,44
2003	R\$ 895.359,46	R\$ 4.823.712,71
2004	R\$ 6.088.020,15	R\$ 28.243.933,82
2005	R\$ 7.975.021,51	R\$ 78.829.164,96
2006	R\$ 9.943.970,45	R\$ 132.681.922,56
2007	R\$ 10.149.648,84	R\$ 66.055.528,59
2008	R\$ 9.224.069,74	R\$ 45.580.946,01
2009	R\$ 11.478.258,87	R\$ 67.796.924,55
2010	R\$ 12.608.051,19	R\$ 74.843.489,72
2011	R\$ 17.105.026,52	R\$ 89.816.069,57
2012	R\$ 29.982.471,73	R\$ 113.454.594,36
TOTAL	R\$ 135.955.226,96	R\$ 737.339.538,25

Fonte: BACEN, 2013. Adaptado pelo autor.

No que se refere ao Pronaf no estado da Paraíba, a partir de análise do anuário estatístico disponibilizado pelo Banco Central (BACEN), foram operacionalizados no ano de 2010, (47.219) contratos representando em valores financeiros aproximadamente R\$ 87 milhões. Já no ano de 2011, em (50.193) contratos totalizou-se cerca de R\$ 106 milhões, e em 2012, em 58.598 contratos, totalizando-se R\$ 143 milhões.

Observa-se uma grande disponibilidade de recursos entre os anos de 2010 – 2012. Este período corresponde ao desenvolvimento dessa pesquisa e avaliações no município de Barra de Santana. Desta forma, analisaram-se ano a ano as principais fontes de recursos acessadas pelo Pronaf como forma de subsidiar os financiamentos.

Destacam-se no ano de 2010, na Paraíba, (495) operações com mais de R\$ 4 milhões disponibilizados para operações de custeio agrícola, com as seguintes culturas beneficiadas:

Quadro 17 - Principais culturas financiadas pelo PRONAF (Custeio agrícola -2010)

CULTURA	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Algodão	15	78.105,64
Cana-de-Açúcar	18	139.987,79
Feijão	14	50.087,05
Mandioca	31	121.488,12
Milho	28	87.648,57
Outras lavouras	389	3.878.330,55

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor.

Para o custeio pecuário, no mesmo período, foram (2674) operações com R\$ 8,2 milhões, tendo como principais aplicações o subsídio à produção animal e o beneficiamento e /ou industrialização, conforme quadro abaixo:

Quadro 18 - Principais cultura financiadas pelo Pronaf (Custeio pecuário-2010).

DESTINO	Nº DE CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de produção	1.724	6.788.119,86
Beneficiamento ou industrialização	3	7.600,00
Outras aplicações	947	1.407.451,34

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

Para as operações de investimento agrícola, foram: (5.022) contratos com R\$ 13,3 milhões contratados.

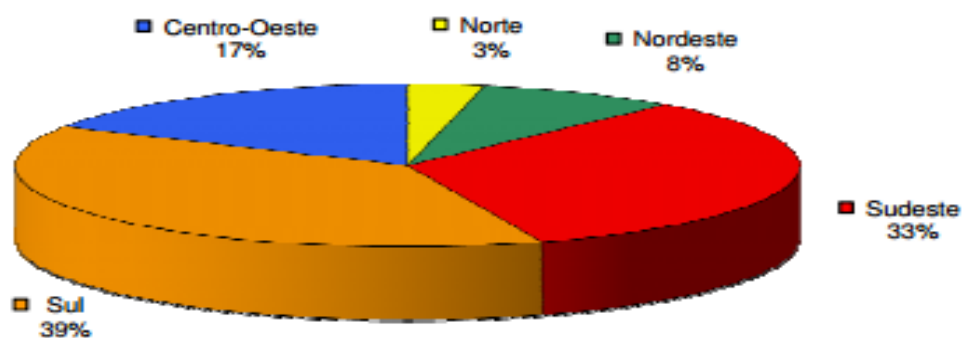
Quadro 19 - Bens financiados pelo Pronaf (Investimento agrícola -2010).

Destino	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de serviço	414	1.580.649,07
Culturas perenes	282	1.209.769,46
Máquinas e equipamentos	573	1.554.514,60
Melhor exploração	3.299	6.929.612,60
Veículos	163	1.536.117,42
Outras aplicações	291	588.070,70

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

A partir do gráfico abaixo, verifica-se que a região nordeste no ano de 2010, em valores das operações, representa apenas 8%, posicionando-se em penúltimo lugar no rank nacional.

Gráfico 1 - Valores de financiamentos por região geográfica (2010).



Fonte: BACEN, 2010.

Continuando com a linha de investimento pecuário, observou-se a seguinte dinâmica, demonstrada no quadro abaixo:

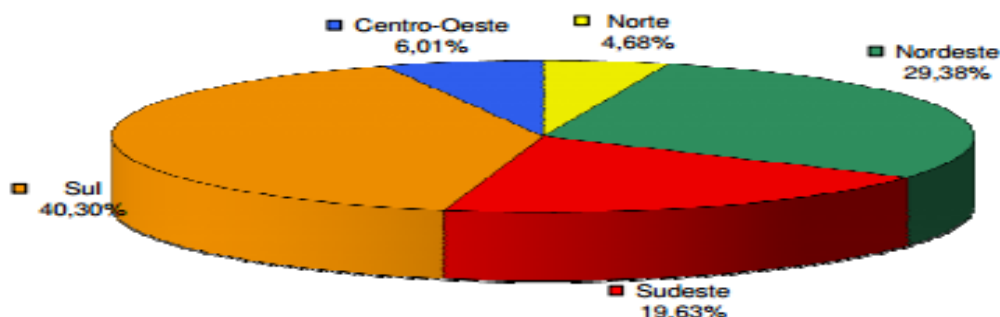
Quadro 20 - Principais bens financiados pelo Pronaf (Investimento pecuário -2010).

DESTINO	Nº DE CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de serviço	2.820	3.924.786,30
Aquisição de animais	23.738	38.851.753,36
Máquinas e equipamentos	3.954	4.504.549,19
Melhor explorações	6.955	11.919.830,34
Veículos	379	422.586,00
Outras aplicações	1.117	1.821.250,68

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

Já a partir do gráfico abaixo se constata que, apesar de estar em penúltimo lugar em valores das operações, em número de contratos a região Nordeste passa à posição de segundo lugar.

Gráfico 2 - Número de contratos por região geográfica (2010).



Fonte: BACEN, 2010.

No ano seguinte (2011), nas operações de custeio agrícola, foram (567) contratos com mais de oito milhões (R\$ 8.3) disponibilizados.

Quadro 21 - Principais culturas financiadas pelo PRONAF (Custeio agrícola -2011).

CULTURA	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Beneficiamento ou Industrialização	1	2.000,00
Algodão	5	19.811,23
Arroz	2	8.494,56
Cana-de-Açúcar	26	234.218,25
Mandioca	33	134.260,14
Outras Lavouras	435	5.052.041,49

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor

Considerando às operações de custeio pecuário, no mesmo período, das (2.441) operações foram R\$ 8.7 milhões creditados, com a seguinte distribuição:

Quadro 22 - Principais bens e serviços financiados pelo PRONAF (Custeio pecuário -2011).

Bens/ Serviços	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais	1.564	6.934.714,64
Beneficiamento ou Industrialização	1	6.400,00
Outras Aplicações	876	1.834.093,64

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor.

No que se refere às operações de investimento agrícola, no ano de 2011, das (5.675) operações com R\$ 17.9 milhões acessados.

**Quadro 23 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf
(Investimento agrícola/2011).**

Bens/ Serviços	N° de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de serviço	457	1.694.400,40
Culturas perenes	260	954.458,87
Máquinas e Equipamentos	754	2.619.561,42
Explorações (Grãos)	3.950	9.823.155,83
Veículos	83	2.707.145,84
Outras Aplicações	171	159.752,39

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor

No que concerne às operações de investimento pecuário observou-se os seguintes resultados:

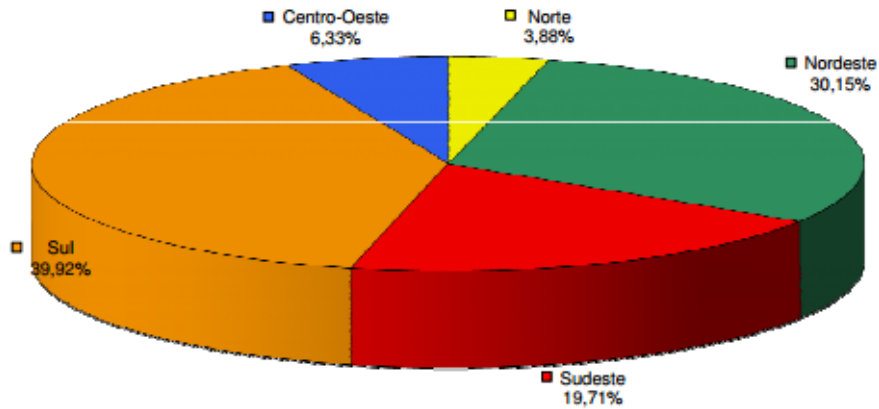
**Quadro 24 - Principais bens e serviços financiados pelo PRONAF
(Investimento pecuário 2011)**

Bens/ Serviços	N° de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de serviço	3.822	6.554.617,50
Aquisição de Animais	25.141	45.781.789,98
Máquinas e Equipamentos	5.103	6.738.506,24
Melhor. Explorações	6.349	11.454.484,27
Veículos	351	600.136,80
Outras Aplicações	744	728.060,03

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor

O gráfico abaixo indica que para o período de 2011, o Nordeste foi contemplado com 30,15 % dos contratos do Pronaf no país, perdendo somente para a região Sul.

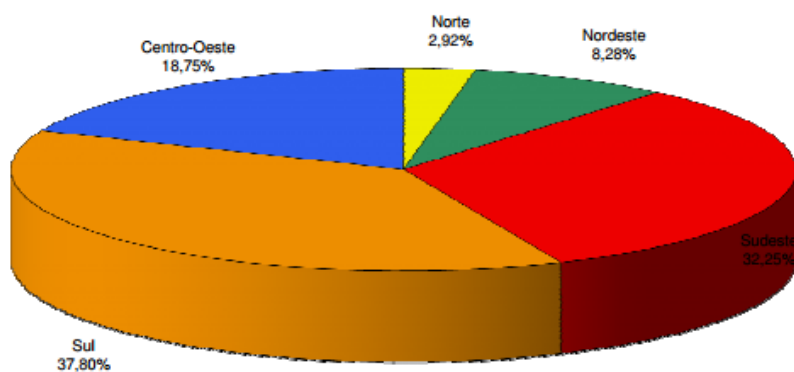
Gráfico 3 - Número de contratos por região geográfica (2011).



Fonte: BACEN, 2011.

No entanto, o gráfico abaixo, demonstra que em valores de financiamentos para o mesmo período, a região Nordeste contra apenas 8,28 % dos recursos do programa, denotando o acesso a valores menores nos projetos financiados, diante de baixas garantias oferecidas.

Gráfico 4 - Valores de financiamentos por região geográfica (2011).



Fonte: BACEN, 2011.

No ano de 2012, as operações de custeio agrícola resumiram-se ao seguinte quadro: 23,00 milhões de reais em operações contratadas:

Quadro 25 - Principais culturas financiadas pelo Pronaf (Custeio agrícola, 2012).

CULTURA	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Beneficiamento ou Industrialização	2	5.000,00
Algodão	2	10.583,28
Cana-de-Açúcar	25	258.862,17
Feijão	3	18.301,07
Mandioca	14	52.483,74
Outras Lavouras	550	6.305.823,12
Outras Aplicações	29	16.698,29

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor

Quanto ao custeio pecuário, observou-se em (2012), 6,66 milhões em operações.

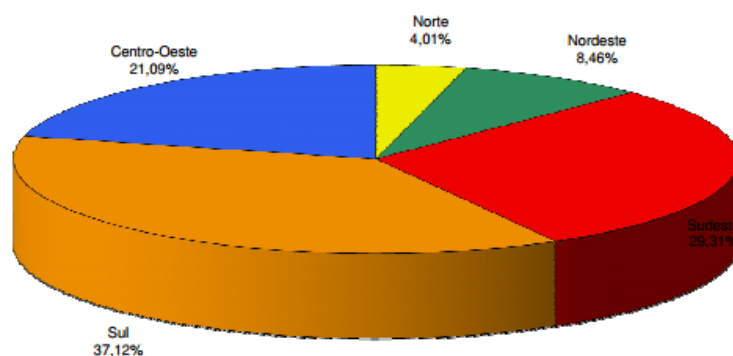
Quadro 26 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf (Custeio pecuário, 2012).

Bens/ Serviços	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de serviço	1.756	9.762.155,14
Beneficiamento ou Industrialização	3	2.008.900,00
Outras Aplicações	4.125	11.543.664,92

Fonte: BACEN, 2011. Elaborado pelo autor

Conforme se observa no gráfico abaixo, para o mesmo período, o Nordeste em valores de financiamento correspondeu a 8,46%, ficando em penúltimo lugar no país.

Gráfico 5 - Valores de financiamentos por região geográfica (2012).



Fonte: BACEN, 2012.

As operações de investimento agrícola no período de 2012 subdividiram-se conforme os dados abaixo, com o montante de recursos de aproximadamente 30 milhões de reais contratados:

Quadro 27 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf (Invest. agrícola, 2012).

Bens/ Serviços	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de Serviço	677	1.932.780,83
Formação Culturas Perenes	256	976.673,71
Máquinas e Equipamentos	1.781	5.481.064,68
Explorações(Grãos)	7.505	24.453.112,17
Veículos.	114	2.426.154,05
Outras Aplicações	644	218.431,94

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

Para os investimentos pecuários, foram aproximadamente de 75 milhões operacionalizados.

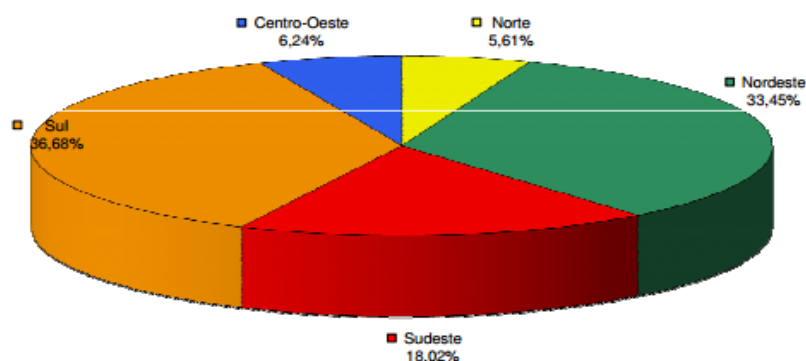
Quadro 28 - Principais bens e serviços financiados pelo Pronaf (Invest. pecuário, 2012).

Bens/ Serviços	Nº de CONTRATOS	VALORES (R\$)
Animais de Serviço	1.899	3.525.823,48
Aquisição de Animais	15.402	28.719.809,20
Máquinas e Equipamentos	6.144	10.939.348,09
Melhor. Explorações	15.533	33.769.160,82
Veículos.	245	402.881,83
Outras Aplicações	1.889	609.353,56

Fonte: BACEN, 2012. Elaborado pelo autor

No ano base de 2012, observa-se a partir do gráfico abaixo, que o volume de contratos na região nordeste ocupou o segundo lugar no país (33,45%), sendo somente ultrapassado pela região Sul com 36,65 %.

Gráfico 6 - Número de contratos por região geográfica



Fonte: BACEN, 2012.

A partir dos dados apresentados demonstra-se uma grande quantidade de contratos, e quase sua grande maioria referente à aquisição de animais de produção e ou serviço, corroborando análises e pesquisas realizadas acerca do fenômeno de repecuarização do semiárido Nordestino, a exemplo do trabalho realizado por Nunes (2011), sob orientação do Prof. Dr. Luis Henrigue Hermínio Cunha:

O entendimento do processo que estamos chamando de (re)pecuarização é fundamental para compreendermos um leque amplo de mudanças sociais em curso nas áreas rurais do semiárido nordestino, especialmente para segmentos sociais como pequenos produtores e agricultores familiares que têm sido, crescentemente, através de políticas públicas e dinâmicas econômicas, incluídos em contextos produtivos mais amplos[...].o processo de (re)pecuarização, o criatório se apoia em moldes diferentes dos praticados no passado. Ao invés de se constituir como resqúcio feudal e antimoderno, a pecuária, hoje em dia, se ampara em relações com crescente grau de racionalidade. Apesar da existência de um forte discurso com intuito modernizador (que enfoca a agroecologia), que tenta apresentar as fragilidades (ou irracionalidades) da pecuária (em especial da bovina), ela se mantém fortemente estabelecida e legitimada por outros discursos. Esse quadro sugere que a opção pela pecuária, além de responder satisfatoriamente aos anseios produtivos dos atores, constitui-se como sendo uma estratégia modernizante, parte de um programa de modernidade que engendra projetos territoriais, que pode conviver (seja de forma “pacífica” ou “conflituosa”) com uma multiplicidade de outros programas (EISENSTADT, 2001; COELHO e CUNHA, 2007, p.34)

Constata-se ainda a partir dos questionários aplicados que 59,63%, ou seja, 65 representantes de unidades familiares responderam ter acessado a recursos do Pronaf, enquanto, 40,36% (44 representantes) não tinham acessado créditos do Pronaf. Dos 59,63%, os principais destinos dos recursos foram: a compra de animais, instalações e

benfeitorias; quanto a operações de custeio 100% dos recursos foram destinados à compra de ração animal, essencialmente a Bovina.

Interessa ainda que 90,82% dos entrevistados declararam pretender acessar mais vezes os recursos do Pronaf e 9,17% não pretendem mais acessá-los.

Quanto à dinâmica de operacionalização do Pronaf no município de Barra de Santana: operações de crédito de custeio e investimento (2010 - 2012) verificaram-se no processo de pesquisa, um crescimento inicial e uma desaceleração no final de (2012) no número de operações contratadas. Segundo o anuário estatístico de crédito rural – Pronaf, foram operacionalizados pelo programa, um montante de R\$ 2,9 milhões (R\$ 2.973.713,21), representando 20,7% do Fundo de Participação do Município (FPM), estimado para o ano de 2012 (BREMAEKER, 2011, p. 40). No mesmo período, houve uma considerável demanda por pedido de prorrogação de parcelas dos financiamentos por incapacidade de pagamento dos beneficiários (EMATER-PB, 2012). Verifica-se, na pesquisa, que 100% dos entrevistados declararam a estiagem prolongada como principal fator condicionante, já que foi realizada num período e região com cerca de dois anos de chuvas irregulares.

Tabela 6 - Valores em reais do quantitativo de operações de custeio e investimento PRONAF (2010), município de Barra de Santana.

FINALIDADE								
ATIVIDADES	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL		
	Contratos / Valor		Contratos / Valor		Contratos / Valor	Contratos / Valor		
Agrícola	0	0,00	9	16.600,00	0	0,00	9	16.600,00
Pecuária	59	379.086,41	101	36.970,65	0	0,00	160	716.057,06
Total	59	379.086,41	110	53.570,65	0	0,00	169	732.657,06

Fonte: BACEN, 2010, adaptado pelo autor.

Tabela 7 - Valores em reais do quantitativo de operações de custeio e investimento PRONAF (2011), município de Barra de Santana.

FINALIDADE								
ATIVIDADES	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL		
	Contrato / Valor		Contrato / Valor		Contrato / Valor	Contrato / Valor		
Agrícola	0	0,00	26	46.400,00	0	0,00	26	46.400,00
Pecuária	74	6 02.730,73	307	847.347,61	0	0,00	381	1.450.078,34
Total	74	6 02.730,73	333	893.747,61	0	0,00	407	1.496.478,34

Fonte: BACEN, 2011, adaptado pelo autor.

Tabela 8 - Valores em reais do quantitativo de operações de custeio e investimento PRONAF (2012), município de Barra de Santana.

ATIVIDADES	FINALIDADE							
	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Contrato / Valor		Contrato / Valor		Contrato / Valor		Contrato / Valor	
Agrícola	0	0,00	22	57.113,86	0	0,00	22	57.113,86
Pecuária	43	357.723,90	114	329.740,19	0	0,00	157	687.464,09
Total	43	357.723,90	136	386.854,05	0	0,00	179	744.577,95

Fonte: BACEN, 2012, adaptado pelo autor.

Em 2012 apesar da desaceleração em relação aos anos anteriores (2011), observa-se uma equivalência no número de projetos realizados em relação ao ano de 2010. Já com relação às operações agrícolas observa-se que não há investimentos significativos nos três anos analisados, nem em relação às linhas de incentivo à comercialização; dados contrários às operações de custeios pecuários, conotando-se fatores que correlacionam à alta dependência de fornecimento de rações animais concentradas, para produção leiteira..

A pesquisa ainda no que se refere ao trato com as questões burocráticas e dificuldades de acesso ao programa, verificou-se que 21% não enfrentaram problemas, entretanto, 89% relatam a “grande burocracia” e “ausência do técnico projetista no escritório local” com fatores preponderantes.

2.4. Dinâmica do Pronaf

Segundo Bitencourt (2008), as instituições são importantes no sistema econômico quando existem diferentes níveis de informação entre os agentes econômicos, de incerteza no mercado e grande número de concorrentes. Aliados a esses elementos, há os custos de transação, que criam pontos críticos no desempenho econômico. Nesse ambiente turbulento e incerto, é necessário que haja "regras" que balizem e orientem a direção a ser tomada, para que os problemas relacionados às interações entre os agentes sejam resolvidos, e os acordos de troca sejam estabelecidos e cumpridos. O conjunto de instituições econômicas e políticas formam a matriz institucional da sociedade.

O ambiente institucional que rege as regras do jogo no Pronaf, onde estão inseridos os agentes econômicos, governamentais, da sociedade civil e as particularidades que esses agentes possuem em sua área de atuação, determina as regras comuns para todos os agentes, independentemente de sua função ou área de atuação, influenciam as dinâmicas

locais de promoção do programa. O processo de mudança institucional é um processo moroso, que não ocorre com facilidade, mas de maneira gradativa, em função dos conhecimentos e habilidades adquiridos e exercidos pelos agentes. Dessa forma, a rede de externalidades que surge de uma matriz de regras formais ou restrições informais irá enviar os custos e os benefícios das escolhas em favor da estrutura existente. As organizações que devem sua existência à matriz institucional atual terão interesse em preservar o status quo, por existirem modelos mentais que são seguidos e neles estarem embutidos os pensamentos ideológicos das organizações, que buscam o estabelecimento de seus interesses (BITENCOURT, 2008).

A cada ano safra são disponibilizadas dotações orçamentárias ao programa e, conseqüentemente, repassadas aos estados em suas diversas linhas de crédito, ficando em âmbito federal, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a gestão dos recursos e das diretrizes do programa. Na esfera estadual são implementadas ações para contratação do Pronaf pelas empresas de ATER, as empresas elaboradoras de projetos e assistência técnica privadas (registradas e regulamentadas nos conselhos estaduais de desenvolvimentos rurais sustentáveis e agentes financeiros).

No que se refere às empresas de assistência técnica e extensão rural, inicia-se o processo de acesso ao Pronaf com a procura do agricultor familiar ao escritório local ou regional da Emater onde é recebido pelo técnico da localidade, formado, geralmente, em ciências agrárias, técnico em cooperativismo ou área social. Realizada a entrevista inicial, de acordo com o perfil econômico e social, após visita in loco, é emitido um documento a partir do portal do MDA, enquadrando-o em uma classe (PRONAFIANO B ou V), de acordo com sua renda bruta agropecuária e extra agropecuária, documento chamado de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, que atesta as condições a quem possuir e legitima o agricultor oficialmente como familiar, concedendo direito legal ao acesso a diversas políticas públicas da esfera federal.

A DAP junto com os documentos pessoais, comprovante de residência, documentos da terra e o projeto elaborado pelo técnico local é encaminhada ao agente financeiro: Banco do Nordeste (BNB) ou Banco do Brasil (BB), principalmente; onde é analisado e, em seguida, caso aprovado, disponibilizado o recurso ao agricultor familiar; levando-se em média cerca de 30 dias para contratação do crédito. Convém observar que tanto os agentes financeiros (BNB e BB) como os técnicos das Emater's possuem metas de contratação e

elaboração de projetos, programadas a cada ano de acordo com as exigências corporativas de suas instituições.

No que se refere à contratação do crédito os agentes financeiros se recobrem de garantias para a contratação dos recursos exigindo aos agricultores: fiadores, hipoteca da propriedade e laudos de semovente¹². Constata-se que a tríade: agentes financeiros, instituições de ATER e agricultores familiares são responsáveis pela dinâmica de operacionalização do programa. Qualquer política pública envolve mais do que uma decisão política, isto é, requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Nesse sentido, as etapas para o acesso aos créditos do Pronaf, podem ser resumidas em três pontos principais: 1) o fornecimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, por intermédio da EMATER e / ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR; 2) a elaboração do projeto de crédito pela EMATER, às vezes, por empresas particulares de ATER; 3) e a avaliação do crédito pelos bancos, que pode seguir padrões diversos no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste (SCHROEDER, 2006).

Na rede de atores sociais que implementam o Pronaf, estão articulados diversos interesses institucionais dos órgãos de ATER e dos agentes financeiros. Os principais atores sociais envolvidos na operacionalização do Pronaf, no município de Barra de Santana, são: Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), agentes financeiros, Prefeitura Municipal e órgãos de ATER estadual (Emater-PB). Das organizações envolvidas, a participação do STR restringe-se, principalmente, a mobilização dos agricultores e divulgação das normas, responsabilidades e vantagens do programa nas comunidades rurais; além da emissão da DAP, apenas para seus associados. A participação da prefeitura municipal no arranjo institucional é de coadjuvante, apenas se restringindo ao suporte local, com a disponibilização de mão de obra cedida e recursos materiais, firmados por convênio de cooperação técnica anual com a EMATER local. Quanto ao controle social é realizado através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, que se reúne mensalmente.

No caso específico, em estudo, a Emater e o agente financeiro (BB), realizam as operações de crédito junto aos agricultores a partir das deliberações do Governo Federal. Já o Banco do Nordeste- BNB, por acordo institucional com a Emater, realiza as operações de

¹² Laudo de avaliação dos rebanhos bovinos, caprino, ovino ou suíno; contendo valores individuais conforme resenha descritiva realizada por técnico capacitado.

crédito voltadas ao público do Pronaf B, operações de valores até R\$ 4.000,00. A cada novo ano agrícola, novas medidas são desenvolvidas no intuito de reduzir a burocracia e facilitar o acesso dos agricultores aos créditos do Pronaf, em todos o grupos e, sobretudo, naqueles do grupo B, que geralmente possuem baixos índices de escolaridade formal, dificuldade para a comprovação da posse de sua propriedade e, até mesmo, falta de documentação pessoal. O problema maior, é que, em muitos casos, os bancos não estão preparados para lidar com as especificidades deste público e acabam dificultando ainda mais o processo. Muitas vezes não acatam, inclusive, as próprias recomendações do Governo Federal e passam a exigir documentos e garantias em excesso ou demoram a realizar as mudanças necessárias.

No entanto, Schroeder (2006) chamou a atenção para a dificuldade das organizações representativas dos agricultores familiares na construção de habilidades sociais, que as credenciem a atuar na articulação institucional de um processo que envolve vários atores externos com interesses distintos. Analisando as ações das organizações sociais, basicamente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), deve-se atentar para as dificuldades na mediação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar; a começar pela desinformação que as lideranças sindicais enfrentam na relação com as políticas públicas, e, geralmente, o baixo grau de escolaridade dos seus dirigentes e agricultores familiares, conforme corrobora a pesquisa de campo realizada.

No caso de Barra de Santana a rede do Pronaf, por ordem de peso institucional de operacionalização do programa, destaca-se: Emater e os agentes financeiros. Em alguns casos na região, como no município de Queimadas e Caturité (PB), circunvizinhos, esses arranjos também conseguem envolver com sucesso as Prefeituras (em especial os secretários de agricultura), os sindicatos dos trabalhadores rurais e o conselho municipal de desenvolvimento rural. Porém, essas parcerias no município de Barra de Santana não acontecem; o que dificulta uma irradiação mais homogênea das ações.

Com a função de gestão, contratação e liberação dos recursos do Pronaf, o Banco do Brasil é o único agente financeiro instalado no município, com dois funcionários: um gerente e um escriturário, absorvendo toda a demanda de projetos da região. A Emater local conta com apenas um técnico de nível superior e um auxiliar administrativo cedido pela prefeitura. A forma como os agentes financeiros e os parceiros locais se apropriam das normas do Pronaf é fundamental para seu funcionamento. Considera-se pouco eficaz as

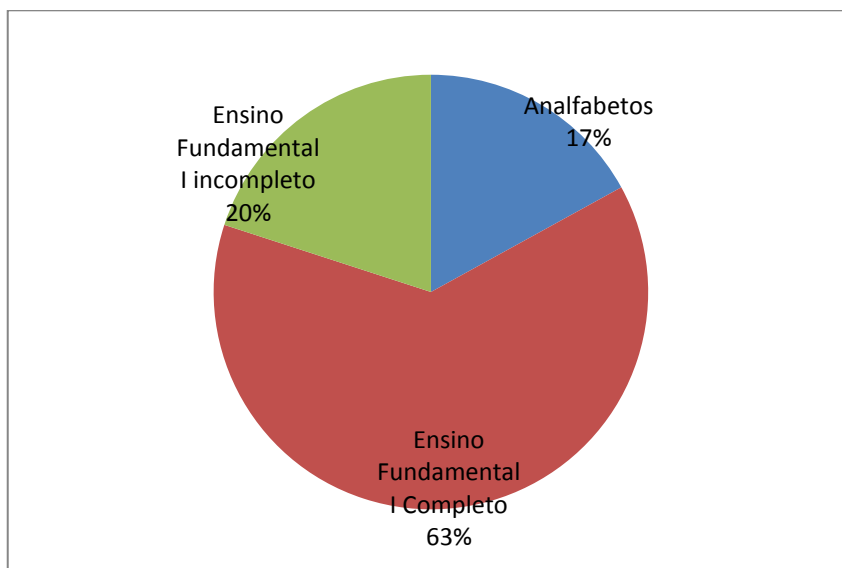
medidas do governo federal, ao diminuir a burocracia do acesso ao crédito, se as agências bancárias não se adequarem às novas normas ou se têm dificuldades de incorporá-las pela rigidez institucional que caracteriza suas estruturas, ou, ainda, se a informação sobre as mudanças circula de forma truncada entre os parceiros locais. Com alguma frequência, os gerentes bancários acabam por definir os critérios de acesso ao Pronaf de acordo com a lógica bancária e não em concordância com as normas do programa.

No caso de Barra de Santana, os documentos necessários à contratação dos projetos diferem substancialmente, tanto em garantias como em documentação das solicitadas pelos agentes financeiros de outras agências da mesma instituição. Além disso, constatou-se indícios de desvios dos recursos do Pronaf (relatados em algumas entrevistas) por parte do agente financeiro local, quando da liberação dos recursos do Pronaf, aplicando-se parte das quantias liberadas (com anuência dos produtores), em fundos de renda fixa e títulos de capitalização, no cumprimento de metas e interesses institucionais. Observou-se, também, que algumas linhas de crédito do Pronaf que não entram no rol de metas estipulados pelas instituições financeiras, não são aceitas para contratação de crédito, por parte de alguns gerentes, uma vez que não são computadas sem suas metas institucionais, mesmo que contenham juros mais acessíveis aos agricultores familiares, o que diverge da função social¹³ em foco do Pronaf.

Além destas questões, existe também, a dificuldade de grande parte dos agricultores familiares no relacionamento com as agências bancárias, devido ao grau de escolaridade, traduzido pela interveniência do técnico da Emater, na resolução de questões pessoais de interesse do agricultor familiar; não obstante, o governo divulga que o Pronaf proporciona uma maior aproximação desses dois atores (agricultor familiar e agente financeiro) em todo o Brasil, o que se pode chamar de uma “inclusão financeira” (ou bancária) dos agricultores familiares.

¹³ O acordo da Basiléia

Gráfico 7 - Grau de escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa de Campo.

A pesquisa constatou que: 63% dos entrevistados possuem até o ensino fundamental I completo, 20% ensino fundamental I incompleto e 17% analfabetos. O perfil socioeconômico dos agricultores familiares foi obtido mediante uma amostra aleatória e imparcial em dezoito comunidades visitadas¹⁴.

As empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, como é o caso da Emater (PB), como ator fundamental do Pronaf, atua em várias etapas até a tomada de crédito por parte do agricultor. A função do técnico vai desde a divulgação do programa, propriamente, em consonância com a atuação do STR, passando pelo enquadramento da renda do agricultor para a emissão da DAP, até a elaboração do projeto ou da proposta e o acompanhamento técnico posterior. Sem o envolvimento de outros atores locais, o acesso ao crédito depende, basicamente, do alcance da atuação do escritório local da EMATER, já que a elaboração do projeto de crédito para os grupos do Pronaf fica a cargo unicamente desse técnico. Mesmo em se tratando do preenchimento de uma planilha mais simplificada de proposta de crédito, o mais comum é que essa função seja atribuída ao técnico. Um técnico pouco disposto ou sem condições materiais para trabalhar pode ser uma barreira intransponível para os agricultores acessarem o crédito, entretanto, as reais condições da

¹⁴ Torres, Rosa Branca, Feijão, Barriguda I, Barriguda II, Barriguda III, Salinas de cima, Salinas de Baixo, Salinas dos Mangaios, Luango, Cablocos, Pedra D'Água, Pedra Preta, Ovelha, Curimatã, São Luiz, Pinhões, Serrinha e Riachão e Mulungu.

oferta de ATER no território estão bem aquém do que se poderia classificar como ideal. O número de técnicos é pequeno e a estrutura para trabalho (veículo, computador, material de escritório, etc.) é precária. No Cariri Oriental paraibano, quase todos os escritórios locais possuem apenas um técnico, inclusive Barra de Santana.

Dessa forma, os poucos técnicos se sobrecarregam, pois tem que atender a várias comunidades e muitas vezes enfrentam situações que fogem de sua formação profissional. O mais comum é os técnicos visitarem uma comunidade e retornarem a ela somente em um período de três ou quatro meses depois, obrigando os agricultores a participarem de reuniões com a assistência técnica grupal, organização de grupos de produção, dias de campo, entre outras. Na atualidade, estas metodologias são referendadas pela MDA, como ferramentas e metodologias de ATER. Além disso, no caso específico da Paraíba, a faixa etária dos extensionistas rurais está acima de 50 anos, com mais de 35 anos de trabalhos prestados. Essa dificuldade impede também a disseminação de novas tecnologias em meio aos agricultores, como a agroecologia, tão em voga na atualidade, devido à falta de capacitação e um acompanhamento adequado.

Segundo as recomendações da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em média por município o número máximo de famílias a ser atendidas por técnico é de 100, mais na atualidade chega-se a uma média de 283 por extensionista rural.

Atualmente a lógica de liberação de recursos do Governo Federal para as entidades de ATER, obedece à dinâmica de pós-pagamento, isto é, através de chamadas públicas por editais, as diversas empresas de Ater concorrem e, caso ganhem para realizar o serviço, celebram o contrato e são remuneradas após a comprovação, por meio de relatórios e atestes individuais e coletivos. Ocorre que, para efeito de comprovação e liberação dos recursos os agricultores são submetidos a uma série de visitas e reuniões que se tornam exaustivas e repetitivas e às vezes a intensos dias de capacitações. Numa verdadeira corrida por assinaturas e comprovantes de visitas, técnicos extensionistas são obrigados pelas empresas de assistência técnica a executarem diversas ferramentas metodológicas, em meio a diversas atividades e cobranças institucionais.

Já na avaliação do impacto do programa na qualidade de vida familiar e serviços, a pesquisa obteve os seguintes resultados abaixo:

Tabela 9 - Percepção das transformações na UPF após implementação do Pronaf.

Área de concentração	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	NS/NR
Alimentação	63,30%	33,02%	1,83%	0%	1,83%
Acesso a serviços públicos	4,58%	22,01%	49,54%	21,10%	2,75%
Consumo de Bens	21,10%	52,29%	22,93%	0%	3,66%
Educação	19,26%	62,38%	14,67%	0%	3,66%
Infraestrutura (Estrada, Alimentação, ruas, Iluminação)	18,34%	19,26%	31,19%	30,27%	0,91%
Integração na comunidade	38,53%	49,54%	9,17%	0,91%	1,83%
Meio Ambiente	36,69%	45,87%	12,84%	2,75%	1,83%
Moradia	61,46%	33,02%	1,83%	0%	3,66%
Oportunidade de melhoras nos negócios	2,75%	9,17%	33,02%	54,12%	0,91%
Saúde familiar	67,88%	26,60%	2,75%	0%	2,75%

Fonte: Pesquisa de Campo

Das áreas de concentração avaliadas, com os melhores índices, destacou-se a alimentação com 63%, moradia com 61,46% e a saúde familiar com 67,88%. Observaram-se índices elevados nos itens: acesso a serviços públicos, infraestrutura e oportunidades de melhoras nos negócios, computados com serviços “regulares” e “ruins” na avaliação dos agricultores, mas, de forma geral, foram bem avaliados os demais itens pelos agricultores.

Obteve-se como principais respostas dos agricultores em relação ao que achavam ao que consideram mais importante para o desenvolvimento da região, os seguintes relatos: *“É importante que haja uma conscientização para nos ensinar de como lidar melhor com a falta de chuva que é cada vez mais frequente na região”*; *“A criação de uma associação para atender melhor os produtores”*; *“Na informação e capacitação de pessoas realmente preocupadas com o desenvolvimento da região”*; *“Uma política voltada para o agricultor”*; *“Uma política voltada para os pequenos produtores e no abastecimento de água e mais capacitação aos que habitam”*; *“ Falta mais incentivo e acompanhamento técnico e orientação”*; *“ Na informação e qualificação dos recursos destinados a áreas rural dando suporte melhor ao produtor”*; *“Acho que devia ser criada uma instituição que realmente se preocupasse com a situação do produtor, não há desenvolvimento sem incentivo”*; *“ Informação e comunicação, ou seja, um órgão voltado para atender diretamente os produtores”*; *“ Em todos os aspectos na condição de informação e qualificação de animais”*; *“ Precisa-se de ser criada uma associação voltada para o crescimento e desenvolvimento sustentável da região”*; *“ Uma associação de moradores*

para buscar recursos para nossa região"; " Em todos os sentidos voltadas para o setor agropecuário"; " O acesso para escoar a produção, a melhoria do rebanho e na informação de como o criador lidar com as pragas".

Destacam-se as respostas dos agricultores ESM e ABN, respectivamente: "Acho que devia ser criada uma instituição que realmente se preocupasse com a situação do produtor, não desenvolvemos sem incentivo" e "Informação e comunicação, ou seja, um órgão voltado para atender diretamente aos produtores", uma vez que ambos nunca tinha acessados recursos do Pronaf e nem sequer conheciam a função institucional do órgão de ATER local (Emater). Observa-se ainda, diante dos dados, no que se refere à percepção, uma total dependência das ações institucionais e intermediação pelos agentes locais e lideranças comunitárias.

“Quando indagados que alterações o Pronaf deveria realizar para melhorar, obteve-se os seguintes relatos: *“Não tenho muito a falar mais acho que deveria melhorar no atendimento ao produtor”*; *“Aumento de verbas e menos burocracia”*; *“se tivesse mais recursos para os produtores”*; *“na informação e no atendimento”*; *“no atendimento por parte dos funcionários dos bancos eles causam muitas dificuldades”*; *“na qualificação do atendimento e liberação de mais recursos”*; obtendo-se a média aritmética de resultado de 6,46, numa escala de 0 a 10 pontos de satisfação.

Quando indagados se houberam mudanças na região após a implementação do Pronaf, 100% dos entrevistados reconheceram que “sim”, nas seguintes distribuições e opções conforme tabela abaixo:

Tabela 10 - Avaliação da percepção acerca das mudanças proporcionadas pelo Pronaf na região.

Área de concentração	Melhor	Pior	Não Mudou
Na vida familiar	99,08%	0%	0,91%
No desenvolvimento da região	89,90%	1,83%	9,17%
Produção Agrícola	66,05%	9,17%	35,77%
Preservação do meio ambiente	53,21%	1,83%	44,95%
Vida comunitária	71,55%	4,59%	23,83%
Emprego	52,29%	2,75%	44,95%
Produção da agricultura familiar	72,47%	4,58%	22,93%

Fonte: Pesquisa de Campo

Constata-se desta forma, uma boa avaliação do Pronaf no trato com as áreas de concentração avaliadas apresentando índices elevados. Entretanto, destaca-se o item “Emprego” com índice de 52,9% (Melhor) e 44,9% (Não Mudou), equivalente, contradizendo discurso do Governo Federal acerca de um incremento significativo de mão de obra no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de políticas públicas no Brasil vem crescendo nos últimos anos, principalmente, após a institucionalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS; promovendo o aumento do controle social sobre os gastos públicos, faz-se necessário conhecer e avaliar os resultados dos programas executados pelos governos federal, estadual e municipal, e ainda, se os objetivos pretendidos estão sendo alcançados, contribuindo para manter, melhorar e até mesmo extinguir, se for o caso, o programa avaliado.

Neste estudo procurou-se avaliar o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar a partir da identificação dos perfis socioeconômicos, quantificando o volume de recursos disponibilizados no período de 2010 a 2012 e por fim avaliando a sua aceitabilidade e fatores condicionantes. No primeiro capítulo a partir da caracterização do lócus de pesquisa procurou-se descrever as nuances que envolve o município de Barra de Santana-PB e região pesquisada, além de abordar o universo da agricultura familiar suas particularidades, referenciais teóricos e funções. Já na segunda parte destacou-se o estudo das ciências das políticas públicas e suas referências, assim como o cenário institucional do Pronaf ilustrados com quadro, tabelas e gráficos no intuito de demonstrar dotações orçamentárias, fontes tributárias e principalmente a ausência de indicadores mais preciso de avaliações. A dinâmica de operacionalização do Pronaf e suas nuances institucionais também foram alvo de avaliações a partir de sua rede social de implementação no município.

Destacam-se as entrevistas e aplicações dos questionários, onde foram analisados diversos aspectos do programa, como: características das unidades de produção, avaliação do estabelecimento, tipo de benfeitorias e agricultura presente, aspectos gerais de conservação e preservação ambiental, assistência técnica e avaliação do Pronaf e a sua relação com as condições de vida dos beneficiários. No que diz respeito à produção, observou-se que o programa ajudou no aumento da produção local, entretanto, nada incrementou no nível tecnológico de produção das unidades de produção familiares.

No presente trabalho, observou-se que a política de crédito rural adotada no Brasil, através do Pronaf, apesar de preconizar o viés modernizador e integrador aos mercados, de modo geral pouco contribuiu para o aumento das atividades produtivas no município, e

sim, no remanejamento dos recursos para obras de infraestruturas das unidades de produção familiares, uma vez que, diante do perfil socioeconômico analisado e a heterogeneidade existente de condição social; vem tentando adequar suas condições estruturantes de habitação, transporte e produção, investindo em outras formas de capitalização na tentativa de auferir maiores rendimentos extra agropecuários, promovendo desvios nos financiamentos.

Quanto ao processo de contratação e liberação dos recursos identificou-se que a assistência técnica é essencial para o sucesso do Pronaf, pois são os técnicos dentro do ambiente institucional responsáveis pelas orientações necessárias para a execução do projeto, bem como o acompanhamento e a fiscalização dos empreendimentos financiados, entretanto, a precariedade dos órgãos de ATER em pessoal e metodologias burocráticas, vem proporcionando morosidade e ineficácia.

Verificou-se que a comprovação de garantias reais na contratação dos financiamentos do Pronaf, em nada difere dos procedimentos de décadas passadas e de ideias modernizadoras conservacionistas. Desta forma, por mais que o discurso governamental sustente a ideia de emancipação de uma parcela populacional ou classe de agricultores as estruturas e normas não permitem isso, sendo construções paradoxais.

Observou-se que a articulação dos atores sociais locais na implementação do programa, que no caso em tela, não ocorre satisfatoriamente promovendo disputas institucionais e falta de agilidade nos processos de contratação dos créditos, além do viés político em decisões institucionais dos órgãos. A ausência de assistência técnica periódica é outro fator determinante, apesar disso, deve-se considerar que há opinião positiva acerca do papel dos órgãos de Ater e com a instituição da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PRONATER), espera-se que a qualidade desse serviço melhore.

Apesar de o município ter acessado grande volume de recursos não melhorou significativamente a capacidade produtiva dos beneficiários, percebendo-se que a diferença na produção pode ser causada por fatores que não são considerados no desenho do programa, como por exemplo, assistência técnica, os problemas de saúde do próprio

beneficiário ou de algum membro da família, além dos desvios da finalidade do crédito, fator esse muito observado na região.

Mesmo considerando algumas falhas encontradas na execução do Pronaf, é inegável que o programa conseguiu democratizar o acesso ao crédito no meio rural, pois vem atingindo o seu público, tendo em vista que a maior parte de suas receitas é advinda das atividades agropecuárias, e a mão-de-obra é essencialmente familiar. Embora exista uma complexa heterogeneidade nesses produtores, que possuem diversidade cultural, econômica e até mesmo de acesso aos serviços públicos disponibilizados, o programa tem potencial para modificar a capacidade produtiva dos agricultores, pois oferece baixas taxas de juros e concessão de bônus de adimplência, estimulando o desenvolvimento das atividades produtivas.

Observou-se, também, a dependência dos beneficiários no escoamento da produção, sem muitas opções de comercialização, acabam por depender apenas dos atravessadores locais. Deste modo, a garantia de mercados específicos para os produtos, diminuindo a distância entre os produtores e os consumidores, asseguraria uma remuneração maior, já que eliminaria a figura do atravessador e garantiria sua autonomia em relação a estes. Ademais, sabe-se que o programa é desenhado para que seus efeitos tenham continuidade no longo prazo. Embora o estudo tenha sido feito com agricultores familiares que têm o mesmo enquadramento, a heterogeneidade existente no meio rural é muito grande.

Neste sentido, percebe-se a importância da intersectorialidade das políticas públicas, tendo em vista que o crédito é apenas umas das demandas do agricultor familiar e não é suficiente para garantir as melhorias necessárias nas condições de vida. Assim, os agricultores familiares, para terem acesso aos serviços essenciais e suprir suas necessidades básicas, têm um custo elevado devido à falta e/ou precariedade dos serviços públicos no meio rural, como transporte e saúde; e muitas vezes têm de se desfazer de suas fontes de renda para poder sobreviver.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R., VEIGA, J. E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: FIPE/IPEA, n° 641,1999, 51p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: Unicamp, 1992.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

AQUINO, J. R. de; SÉRGIO, S. (Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: **Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade**; Natal – RN, 2010, 21p.

BIANCHI, G. **Considerações sobre a relação pesquisador-pesquisado e processualidades metodológicas**. UNÍ revista. Vol. 1, n° 3. 2006. 11p.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. São Paulo. 2003. 283p. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Campinas. 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Anuário Estatístico do Crédito Rural –** Publicação do Banco Central do Brasil – vários anos.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Brasília-DF, pag.43-47, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, DF, pag 23-26, 2010-2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Linhas de crédito - Pronaf**, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Prefeitura Municipal de Barra de Santana**, Paraíba, PB, 2010 -2013.

BREMAEKER, F. E. J de. **Estimativa do FPM para 2012**. Transparência municipal. Salvador, 2011,165 p.

BUCCI, M. P. D. As políticas públicas e o Direito Administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público**, n. 13, São Paulo: Malheiros, 1996,135 p.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**, Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CABRAL, M.S. "**PRONAF: - sua operação e indicação de distorções**", Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Uberlândia, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: **I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, 2005. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2005.

_____; MALUF, Renato S. (Orgs.) et al. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CUNHA, E. de P.; Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, A.; SALES, F. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CUNHA, L. H. et al. Políticas territoriais: desenvolvimentos enquanto modernização institucional, In: BURITY, J.A et al. **Desigualdades e Justiça Social**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010, 288p.

CUNHA, L. H.; MARQUES, L. H. G. A „(re)pecuarização“ do semi-árido nordestino: projetos territoriais, mudanças discursivas e transformações das estratégias produtivas . VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

FAO/ INCRA. Diretrizes de política Agrária e de desenvolvimento sustentável. Relatório final de projeto, UTF/ BRA, N° 36, Brasília-DF, 1995.

FAVARETO, A. A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural. In: **Encontro da Rede Rural**, Niterói, p. 01-23, 2007.

FREITAG, B. Habermas e a teoria da modernidade. **Cad. CRH**, Salvador-BA, n ° 22, p. 138-163, Jan, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Ed: comemorativa 50 anos/ companhia das letras, 2009.

FURTADO, C. **O capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Trad: Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Zahar, 2002, 233p.

_____; TURNER, J. **Teoria social hoje**. Tradução: SOUSA, G.C.C. São Paulo. Ed: UNESP, 1999.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 Ed. SãoPaulo. 2002.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Emater, Paraíba-PB**, 2012-2014.

GOVERNO DA PARAÍBA. Empresa de Assistência técnica e extensão rural. **Relatório anual**. Campina Grande, PB, 2012.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRISA, C. Desenvolvimento Local, Políticas Públicas e meio de vida: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA), In: **47º Congresso Sober** (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre, 2009.

GUANZIROLI, C. E et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro, ed: Garamond, 2009.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2007, vol.45, n.2, pp. 301-328.

HAM, C. e HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino, adaptação e revisão: Renato Dagnino. 1995.

HOCHMAN., G. **Políticas públicas no Brasil**, Rio de Janeiro, ed.: Fiocruz, 2007.

HOLANDA, A.N.C. Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o caso do ProInfo e a experiência brasileira. In: **VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Panamá. Outubro. 2003. 21p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, R.A.S. **Informação, capital social e mercado de crédito rural** – Dissertação de mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/ USP). 2003.

MAIA, G. B et al. **Pronaf: Fontes de recursos, informativo técnico seagri**, nº3, julho/2001.

MARQUES, E. C. **Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas públicas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo, Rio de Janeiro: Fapesp, Revan, 2000.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, E.R.F. Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira, In: **Boletim de geografia do departamento de geociências da UFPB**, João Pessoa, v 1, nº 14, p. 45-57, 1997

NUNES, A. M B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino**: reconversões produtivas entre agricultores familiares do pajeú (pe). Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2011.

OLIVEIRA, J.A.P. (2006) Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 40 (273-88), mar/abr.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 3 ed. 2012. 134p.

ROESLER, D. A. Modernização da Agricultura Brasileira e Agricultura Familiar: uma leitura a partir de Jurghen Habermas. **Revista de ciências Sociais Aplicadas**, Paraná, Vol 09, n°17, p.69-80, 2009.

RUAS, M. D. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). **O estudo da política**. Brasília: Paralelo, 1998, v. , p15. 231-260.

SABOURIN, E. Políticas Públicas e ações locais. In: **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, cap.03, 143-186.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador.

SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, Sergio. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2005. Brasil.

SCHNEIDER. S. et al. **Políticas públicas e Participação Social no Brasil**. 2 ed., Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2009, 252p.

SCHOREDER, M. Cooperativas de Crédito da agricultura familiar, inovações institucionais e acesso a serviços financeiros: o caso do Sistema Cresol, no sul do Brasil. In: **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto - SP, 2005.

SOUSA, J. M. P.; VALENTE JR, A. S. Análise das liberações dos recursos do Pronaf – descentralização das aplicações do crédito rural? In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)**, Fortaleza-CE, 2006, p. 1-19.

SOUZA. C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, p.20-45, 2006.

_____. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In.: HOCHMAN, G. ;

ARRETICHE, M.; MARQUES, E. (org.) **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro :

TOLENTINO, M. De qual rural fala o Pronaf?, In: **XXI Encontro nacional de Geografia agrária**, Uberlândia-MG, 2012.

TREVISAN, P.A; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro. V.03. n°42., maio/jun. 2008, p.529-550.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural Brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Soc. Agric.**, Rio de Janeiro, v 17, n°1, p. 60-85, 2009.

_____. Prefácio à edição Brasileira. In: SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, cap.01, p. 13-16.

_____. Prefácio à edição Brasileira. In: SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, cap.01, p. 13-16.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et al. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

APÊNDICE A

Questionário (Agricultores Familiares)

Com objetivo geral de avaliar o Pronaf na região, aplicamos um questionário com os agricultores familiares com questões ligadas à percepção da função social, satisfação acerca da operacionalização institucional do Programa, distribuição dos recursos, aceitabilidade e importância do programa para o desenvolvimento. Das dez questões aplicadas, sete foram objetivas e três subjetiva.

(01) – O senhor (a) já utilizou crédito do Pronaf? Sim () ou Não () ;

(02) – Para que foi destinado o crédito do Pronaf? () compra de animais, () compra de terras, () culturas perenes, () Instalações e benfeitorias, () Máquinas, equipamentos e implementos, () Transição de orgânicos, () transição agroecológica, () outras atividades não agrícolas;

(03) – Caso custeio, para que foi destinado os recursos? () Comercialização, () Compra de Insumos, qual?

(4) – Surgiu alguma dificuldade ou imprevisto no processo de contratação e liberação do Pronaf?

(05) – Que nota o senhor (a) dá ao serviço prestado pelos órgãos responsáveis pelo processo de liberação dos recursos do Pronaf?

(06) – Surgiu algum imprevisto ou dificuldade para o pagamento das operações do Pronaf?

(07) – Houve benefício após o senhor (a) ter começado a receber financiamentos do Pronaf?

(08) – Na opinião do senhor (a) houve mudança na região depois da criação do Pronaf? () sim, () não;

(9) Como o senhor avalia sua qualidade de vida e da sua família, nos seguintes temas: () Alimentação, () Acesso a serviços públicos, () consumo de bens, () Educação, () Infraestrutura pública, () Integração da comunidade, () Meio ambiente, () moradia, () oportunidade de melhoras nos negócios, () saúde familiar;

(10) - O senhor (a) pretende usar o Pronaf mais vezes? () sim, () não; O senhor(a) acha que o Pronaf deve mudar?; Na opinião do senhor (a) o que é importante para o desenvolvimento da sua região?